



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS TRÊS LAGOAS - CPTL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGLetras

NAYARA ALVES SILVA MENDES VILELA DE SOUSA BRITO

**O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA**

Três Lagoas - MS
SETEMBRO / 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Av. Cap. Olinto Mancini, 1662, Colinos – UFMS – Campus I.
Fone: 0(XX) 67-3509-3425 – Fax: 0(XX) 67-3509-3424
79603-011 – Três Lagoas – MS

NAYARA ALVES SILVA MENDES VILELA DE SOUSA BRITO

**O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLetras, da UFMS, campus Três Lagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos. Linha de pesquisa: Estudos do Texto e do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Ilka de Oliveira Mota

Três Lagoas - MS
SETEMBRO / 2024

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Av. Cap. Olinto Mancini, 1662, Colinos – UFMS – Campus I.
Fone: 0(XX) 67-3509-3425 – Fax: 0(XX) 67-3509-3424
79603-011 – Três Lagoas – MS

NAYARA ALVES SILVA MENDES VILELA DE SOUSA BRITO

**O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLetras - da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilka de Oliveira Mota - UFMS/PPGLetras/UFSCar - Orientadora - Presidenta

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin (UNEMAT/Cáceres) - Titular externo

Profa. Dra. Maria Norma Lopes Souza e Silva (UNIR/Ariquemes) - Titular externo

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa a concretização de um sonho, o qual não seria possível sem o apoio, incentivo e dedicação de várias pessoas, às quais sou profundamente grata.

Primeiramente, gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Ilka de Oliveira Mota. Sua orientação atenciosa, paciência e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. A sua expertise e dedicação incansável em guiar-me durante todo o processo foram inestimáveis, e seu apoio constante me motivou a superar desafios e a buscar sempre a excelência acadêmica.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento às Professoras Doutoras Maria Norma Lopes Souza Silva e Joelma Aparecida Bressanin. Obrigada imensamente por terem aceitado participar da banca de qualificação e defesa da minha dissertação. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Suas observações e sugestões perspicazes me orientaram na realização dos ajustes necessários, elevando a qualidade da minha pesquisa. A generosidade com que compartilharam seus conhecimentos e o tempo dedicado a essa tarefa são inestimáveis.

Agradeço também ao colega Erich Lie Ginach pela interlocução primorosa e atenta a respeito do funcionamento discursivo das charges que constituíram o corpus de minha pesquisa; foram orientações essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus filhos, Victor Mendes Vilela e Marcela Mendes Vilela, dedico este trabalho com todo o meu carinho. Agradeço pela compreensão durante os momentos em que precisei me ausentar para me dedicar aos estudos e pela energia positiva que sempre trouxeram ao meu dia a dia. Vocês são a minha maior motivação e fonte de inspiração.

Por fim, agradeço a todos os amigos, colegas e familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada palavra de encorajamento e gesto de apoio foi fundamental para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Muito obrigada a todos.

DEDICATÓRIA

Ao meu querido esposo, Edson de Sousa Brito

Dedico esta dissertação a você, cuja presença iluminou cada passo dessa jornada. Seu apoio incondicional e suas palavras de encorajamento foram a âncora nos momentos de incerteza e desânimo. Sua força e amor não só me sustentaram, mas também me inspiraram a seguir em frente, mesmo quando os desafios pareciam intransponíveis.

A cada passo desta jornada, sua confiança em mim foi um farol que dissipou a escuridão das incertezas. Em cada desafio enfrentado, seu carinho e compreensão foram o alicerce que me sustentou e a inspiração que me motivou a perseverar. Em cada momento de dúvida, você acreditou em mim com uma fé que eu mesma não conseguia encontrar. Seu amor foi o combustível que alimentou minha determinação e sua presença, o abraço reconfortante que transformou o caminho árduo em uma trajetória de crescimento e realização.

Agradeço profundamente por ter estado ao meu lado, compartilhando cada dificuldade e celebrando cada conquista. Seu amor e sua presença são os maiores presentes que poderia desejar, e sou eternamente grata por tê-lo ao meu lado nesta jornada. Te amo além das palavras, e a sua importância na minha vida transcende qualquer expressão. Com todo o meu coração, agradeço por ser o pilar fundamental desta conquista e por compartilhar comigo cada desafio e cada celebração desta jornada.

Com todo meu amor e gratidão.

Um cantinho, um violão
Este amor, uma canção
Pra fazer feliz a quem se ama
Muita calma pra pensar
E ter tempo pra sonhar
Da janela vê-se o Corcovado
O Redentor, que lindo!
Quero a vida sempre assim
Com você perto de mim
Até o apagar da velha chama....

Tom Jobim

RESUMO

Apoiada no aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa e brasileira (AD doravante), esta dissertação investigou o funcionamento discursivo das charges de Carlos Latuff a partir das condições de produção do impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff perpetrado em 2016. O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar como as charges representam o tema do impeachment de 2016, a partir de um corpus discursivo constituído de 15 charges recortadas de mídias alternativas brasileiras. Para tal, erigimos os seguintes objetivos específicos, a saber: 1) Compreender o modo de funcionamento discursivo das charges em geral; 2) Analisar como as charges de Carlos Latuff funcionam discursivamente, procurando levantar as suas regularidades e efeitos de sentido; 3) Analisar e discutir as representações sobre o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, e, finalmente, 4) Discutir a natureza discursiva das possíveis relações entre as charges de Latuff e a interpretação hegemônica da mídia burguesa brasileira sobre o Golpe de Estado de 2016. Noutros termos, interessou-nos compreender a memória discursiva que informam as charges estudadas em contexto sócio-histórico determinado. O impeachment de Dilma Rousseff, justificado em virtude de "pedaladas fiscais", é explorado por meio de textos chargísticos, que desempenharam um papel importante no debate público ao expressar ora críticas ora aderências. A pesquisa abordou aspectos fundamentais e constitutivos das charges: seu funcionamento discursivo, a comicidade e sua relação com o político. Dentre os elementos constitutivos das charges de Carlos Latuff, a ironia e o ethos discursivo são regulares em sua arte, produzindo efeitos de sentido. A análise buscou compreender como as charges de Latuff produzem sentido e suas implicações discursivas, propondo que elas refletem lutas de classes e posicionamentos ideológicos. Este estudo, inscrito na Análise de Discurso Materialista, considera a opacidade da linguagem e a relação entre o dito e o não dito. A dissertação está estruturada em três capítulos: teoria da AD, contexto do golpe de 2016, e análise das charges, seguidos de considerações finais e referências bibliográficas.

Palavras-chave: Charge. Golpe de Estado. Dilma Rousseff. Discurso. Formação Discursiva.

ABSTRACT

Supported by the theoretical and methodological framework of French and Brazilian Discourse Analysis (henceforth DA), this dissertation investigated the discursive functioning of Carlos Latuff's cartoons based on the production conditions of the impeachment against former president Dilma Rousseff, carried out in 2016. The general objective of the research was to analyze how the cartoons represent the theme of the 2016 impeachment, based on a discursive corpus composed of 15 cartoons selected from Brazilian alternative media outlets. To achieve this, we established the following specific objectives: 1) Understand the discursive functioning of cartoons in general; 2) Analyze how Carlos Latuff's cartoons function discursively, seeking to identify their regularities and meaning effects; 3) Analyze and discuss the representations of the coup d'état against president Dilma Rousseff, and finally, 4) Discuss the discursive nature of the possible relationships between Latuff's cartoons and the hegemonic interpretation of the Brazilian bourgeois media regarding the 2016 coup d'état. In other words, we were interested in understanding the discursive memory that informs the cartoons studied in a given socio-historical context. The impeachment of Dilma Rousseff, justified by "fiscal maneuvers," is explored through the analysis of cartoons, which played an important role in public debate by expressing both criticism and support. The research addressed fundamental and constitutive aspects of the cartoons: their discursive functioning, their comic nature, and their relationship with politics. Among the constitutive elements of Carlos Latuff's cartoons, irony and discursive ethos are regular in his art, producing meaning effects. The analysis sought to understand how Latuff's cartoons generate meaning and their discursive implications, proposing that they reflect class struggles and ideological stances. This study, grounded in Materialist Discourse Analysis, considers the opacity of language and the relationship between what is said and what is unsaid. The dissertation is structured into three chapters: DA theory, the context of the 2016 coup, and the analysis of the cartoons, followed by final considerations and bibliographic references.

Keywords: Cartoon. Coup d'état. Dilma Rousseff. Discourse. Discursive Formation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD: Análise de Discurso

EUA: Estados Unidos da América

LGBTQ+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando

ONU: Organizações das Nações Unidas

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

STF: Superior Tribunal Federal

TCU: Tribunal de Contas da União

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nascimento e morte da Democracia

Figura 2: O enterro da Democracia e a vitória dos ratos

Figura 3: Temer puxa o tapete de Dilma

Figura 4: Enfiando a faca pelas costas de Dilma

Figura 5: Temer com seu serrote

Figura 6: A faixa presidencial

Figura 7: Impeachment: a ave de rapina

Figura 8: Golpe

Figura 9: Dilma no dia em que foi destituída

Recorte 1: Dilma Rousseff no dia do impeachment

Figura 10: *Consummatum est...*

Figura 11: A imprensa e o *impeachment*

Figura 12: Os golpes de Estado de 1964 e 2016

Figura 13: Lobo na pele de cordeiro

Figura 14: Picareta

Figura: 15: Em nome de Deus eu voto sim!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DE DISCURSO: texto, discurso e formação discursiva.....	19
CAPÍTULO 2 - GOLPE DE 2016: condições de produção.....	27
CAPÍTULO 3 - O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS CHARGES.....	37
3.1 Especificidades do gênero charge.....	42
3.2 Autoria e texto.....	44
3.3 Carlos Latuff: chargista.....	46
3.4 Especificidades das charges de Latuff.....	49
3.5 Representações do golpe de estado de 2016: sentidos em disputa.....	51
3.6 Representações da presidenta Dilma Rousseff.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso é uma abordagem teórico-metodológica relevante na área do conhecimento científico da linguagem. Escolher esse campo de estudo me permite contribuir para debates atuais e significativos sobre linguagem, poder, identidade, identificação ideológica, cultura e, fundamentalmente, as relações de força e poder que constituem a nossa sociedade capitalista. Além disso, tenho interesse pessoal na linguagem e na forma como ela é mobilizada para a produção de sentidos e representações sociais. “[...]a perspectiva discursiva da linguagem, o que significa, em outros termos, que a linguagem é concebida em sua historicidade, isto é, em sua relação com a exterioridade, que é constitutiva” (Mota, 2018, p.33).

A Análise de Discurso que adiante chamarei de (AD) que se concentra no estudo da linguagem em uso, especialmente nas práticas discursivas que produzem e reproduzem sentidos. Como nos revela (Mota, 2018, p. 33) “linguagem não é o mesmo que instrumento, ela é entendida como mediação, ação que transforma”. Ela investiga como os discursos são construídos, como funcionam e como influenciam na construção de sentidos e identidades sociais. A AD não se limita apenas ao estudo da estrutura gramatical ou semântica das frases, mas busca compreender o funcionamento das práticas discursivas em contextos sociais, políticos e culturais específicos.

Concordamos com Orlandi que diz: “a própria palavra gramática, como a palavra língua podem significar coisas muito diferentes. Por isso, as gramáticas e a maneira de se estudar a língua são diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências, em autores diversos” (Orlandi, 2020, p. 13). Essa abordagem analisa não apenas o que é dito, mas também como é dito, quem o diz, para quem é dito e em que contexto é dito. Ela se interessa pelas formas de poder, dominação e resistência que são exercidas e contestadas por meio da linguagem. Assim, a AD se relaciona estreitamente com questões de poder, ideologia, identidade, representação e hegemonia.

A AD pode envolver a análise de diferentes tipos de textos, como discursos políticos, entrevistas, narrativas, textos literários, charges, tirinhas, quadrinhos, entre outros. Os pesquisadores mobilizam uma variedade de noções teóricas para compreender e analisar esses textos, buscando identificar irregularidades discursivas e suas relações de sentido com o contexto sócio-histórico e ideológico em que são produzidos.

O tema do presente projeto que se dá a partir da análise das charges no contexto do impeachment da ex presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, insere-se no campo da

linguagem, mais precisamente no campo disciplinar da AD de cunho materialista, que trabalha no entremeio entre Linguagem, Inconsciente e História (Orlandi, 1999; 2001).

O impeachment da então ex presidenta Dilma Rousseff em 2016, justificado oficialmente por supostas irregularidades fiscais conhecidas como “pedaladas fiscais”, foi um evento político marcante no Brasil. Muitos críticos argumentam que o processo foi politicamente motivado, inserido em um contexto de polarização política. Durante esse período, artistas chargistas desempenharam um papel crucial ao expressar visualmente e ou verbalmente suas críticas a esse acontecimento, contribuindo para o debate público. As charges circularam amplamente na internet, especialmente em redes sociais, e canais progressistas no YouTube, proporcionando espaços alternativos para debates sobre o tema.

Na época, o cenário político abrangia não apenas as questões específicas das pedaladas fiscais, mas também envolvia certa insatisfação generalizada com a gestão do governo pela militância da direita e extrema-direita, crise econômica mundial¹ e “escândalos de corrupção” veiculados pela mídia burguesa brasileira. Esse contexto complexo resultou em uma variedade de manifestações languageiras, como as charges por exemplo, servindo como uma forma estético-visual e satírica de expressar opiniões². Além disso, canais alternativos do YouTube desempenharam um papel fundamental na disseminação de análises progressistas, oferecendo um contraponto às narrativas tradicionais e contribuindo para um diálogo mais amplo sobre o processo de impeachment e seus desdobramentos.

Para esta investigação, estudamos o funcionamento discursivo do gênero charge, destacando as regularidades que estão na base das charges do cartunista brasileiro Carlos Henrique Latuff de Sousa que aborda, em sua obra, os problemas sociais e políticos do Brasil.

A escolha por trabalhar com charges se deve a, pelo menos, três aspectos fundamentais, os quais apresentaremos a seguir. O primeiro deles diz respeito ao modo de seu funcionamento languageiro. As charges são um tipo de texto que se caracteriza pelo jogo entre os planos verbal e visual conjuntamente, o que rompe com a ideia hegemônica de texto como um conjunto de palavras organizadas. Acrescente-se, as charges, enquanto texto, funcionam majoritariamente pelo recurso da síntese, que chamaremos, nesta pesquisa, de técnica de condensação, um tipo específico de elaboração dos sentidos (Freud, 1996).

¹ Essa crise econômica mundial produziu impactos importantes na economia dos países da América Latina.

² Discursivamente, mais que opiniões, trata-se de diversas interpretações produzidas a partir de formações discursivas distintas.

O segundo concerne à comicidade presente em algumas charges. Enquanto uma prática de linguagem, o campo da comicidade, do qual deriva o chiste, o cômico e o humor, conforme a distinção estabelecida por Freud (1996), se manifesta na relação entre a materialidade linguística e imagética. A partir de recursos expressivos constitutivos da própria estrutura do sistema linguístico (duplicidade de efeitos discursivos, ironia, ambiguidade, equívoco, trocadilhos, jogos de palavras), e do sistema imagético (desenho, caricatura, palavras ironizadas, por exemplo), o campo da comicidade atesta, pois, o caráter oscilante da língua(gem), desestabilizando-a das estruturas lógico-matemáticas a que ela, muitas vezes, é submetida (Ferreira, 2000).

Por fim, o terceiro aspecto está relacionado com o fato de que as charges, enquanto manifestação estética, estão intimamente relacionadas ao político. Elas apresentam questões relacionadas ao cenário político nacional e internacional através de um modo especial de elaboração dos sentidos. Desse modo, as charges não são um mero objeto de entretenimento e brincadeira; elas implicam relações sociais e políticas sérias, funcionando muitas vezes como forma de posicionamento político e crítica social contundente. Como Carmelino e Possenti (2019, p. 29) afirmam: “As charges são produções humorísticas que tendem a questionar, criticar, denunciar (talvez mais do que divertir), e que remetem tipicamente a pessoas conhecidas e a acontecimentos próximos de sua publicação”.

Para esta pesquisa, referendamos as palavras de Eni Orlandi ao evidenciar o próprio da Análise de Discurso concebe a linguagem “Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (Orlandi, 2020, p.13). Por todas essas razões, acreditamos que as charges são um material produtivo tanto para a análise e compreensão de seu processo de significação quanto como expressão de posicionamentos políticos antagônicos, conflitos de classes, evidenciando diferentes posições de sujeito no discurso.

Com base no levantamento bibliográfico feito para esta dissertação, observamos que, embora exista um número considerável de estudos dedicados à temática das charges, há poucas pesquisas que abordam o tema do Golpe de Estado de 2016 no contexto discursivo das charges e textos piadísticos na Análise de Discurso.

Objetivo geral e específicos e perguntas de pesquisa

Inscrita no campo da Análise de Discurso Materialista, esta pesquisa pretende contribuir para os estudos sobre as charges em geral, inclinando nosso olhar para os modos de representação imaginária do golpe de Estado perpetrado no ano de 2016, a partir da compreensão sobre o funcionamento discursivo das charges de autoria de Carlos Latuff. O pressuposto que a sustenta é que as charges têm íntima relação com a luta política e a política dos sentidos (Orlandi, 2005), isto é, elas manifestam a divisão social dos sentidos materializando a luta de classes. Partindo desse pressuposto, formulamos a hipótese de que o trabalho do artista é a materialização em charge de posições político-ideológicas ao qual ele está filiado ideologicamente, contrariando a interpretação hegemônica que circulou na mídia burguesa brasileira no período em questão.

Com base na hipótese esboçada, formulamos as seguintes perguntas de pesquisa que orientaram este trabalho:

- i) Como as charges funcionam discursivamente?
- ii) Como as charges de Carlos Latuff produzem sentido? Isto é, como funcionam do ponto de vista da linguagem?
- iii) Que representações imaginárias são produzidas sobre a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff?
- iv) Que possíveis relações são estabelecidas entre as charges de Latuff e a interpretação hegemônica da mídia burguesa brasileira sobre o tema do Golpe de Estado de 2016? Ou seja, quais sentidos na memória as charges de Latuff evocam?

Como objetivos específicos, nossa proposta consiste em:

- i) Compreender o modo de funcionamento discursivo das charges em geral;
- ii) Analisar como as charges de Carlos Latuff funcionam discursivamente, procurando levantar as suas regularidades e efeitos de sentido;
- iii) Analisar e discutir as representações sobre o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, e, finalmente,
- iv) Discutir a natureza discursiva das possíveis relações entre as charges de Latuff e a interpretação hegemônica da mídia burguesa brasileira sobre o Golpe de

Estado de 2016. Noutros termos, interessa-nos compreender a memória discursiva que informam as charges estudadas em contexto sócio-histórico determinado.

O aparato teórico-metodológico adotado

A presente pesquisa foi produzida com base em uma investigação interpretativista a partir da qual “o pesquisador interpreta os dados, põe ênfase no processo e se preocupa com o particular, o contingente” (Coracini, 2003, p. 254). Em outras palavras, a inclinação do olhar do pesquisador sobre o objeto de pesquisa se constitui em um gesto no nível do simbólico.

“Discursivamente, não há sentido sem interpretação, uma vez que, diante de qualquer objeto simbólico, somos, enquanto sujeitos histórico e socialmente constituídos, levados a interpretar” (Orlandi, 1999, p. 45). Isso se dá porque o sujeito se submete à língua(gem) – a partir das memórias que o constituem e determinado pela injunção a dar sentido – em um movimento sócio historicamente situado. Por seu lado, o pesquisador, situado em um aparato teórico-metodológico específico, faz um gesto que se distingue do gesto ordinário do sujeito que tem em sua base o efeito do apagamento da exterioridade, com a ilusão do sentido-já-lá, de sua evidência. Ao procurar compreender como os sentidos são produzidos, ou seja, como um objeto simbólico produz sentidos, o pesquisador está, ao mesmo tempo, recusando a ilusão da evidência dos sentidos e dos sujeitos, levando em conta, entre outras coisas, os gestos de interpretação, a alteridade, o sentido outro, a historicidade. Isso porque, para o analista de discurso, interpretar não é simplesmente atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto (Pêcheux, 1983).

Nesta pesquisa, a linguagem é compreendida como aquela que remete a sua exterioridade, às relações do sujeito com o discurso, o que nos permitirá abordar o funcionamento discursivo. A respeito da noção de funcionamento, ancoramo-nos em Orlandi (1983) que a concebe como uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas e não de um modelo que o sujeito procura preencher.

Como a pesquisa se constitui em gestos de interpretação, é preciso adotar um dispositivo de análise que se diferencie do gesto de interpretação do sujeito comum, isto é, tomado pela evidência dos sentidos. Acreditamos que esse dispositivo analítico deva dar conta dos gestos analíticos que seguem:

- i) explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação do sujeito e explicitar suas filiações de sentido;
- ii) compreender a linguagem em sua opacidade;
- iii) relacionar o(s) sentido(s) à exterioridade (que é considerada, aqui, constitutiva) e, finalmente,
- iv) relacionar o dito ao não dito.

A interpretação apareceu em dois momentos da análise, momentos que não devem ser concebidos separadamente, mas em um jogo de relações. Primeiramente, como já sinalizado, assumimos que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, sempre interpretamos e procuramos descrever esse gesto de interpretação que constitui o sentido submetido à análise. Em um segundo momento, compreendemos que não há descrição sem interpretação, daí a importância de um dispositivo teórico que possa intervir na relação do pesquisador com os objetos simbólicos que analisa, produzindo, necessariamente, um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: é esse deslocamento que permitirá que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (Orlandi, 1999).

Do ponto de vista metodológico, os discursos que compõem o *corpus* foram lidos, analisados, não em sua origem nem neutralidade, mas, como anuncia Foucault (1979), no jogo de sua instância, de modo que nos permitiu trabalhar não em uma posição neutra, mas relativizada em face da interpretação (Orlandi, 1999). Para isso, foi necessário o atravessamento do efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esperamos, portanto, que esse dispositivo tenha cumprido com o seu objetivo: investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, ou seja, no equívoco, na falha e na materialidade.

A partir de sites da mídia alternativa, como o da TV 247 – TV na qual Latuff atua como chargista e jornalista, bem como de sua conta no twitter –, recortamos as charges que compreendem o período em que o golpe de Estado de 2016 se deu. Foram analisados um total de 15 charges. Delas levantamos as regularidades discursivas para compreender o funcionamento discursivo e os efeitos de sentido que as tecem.

Vale dizer que, como Orlandi (2020, p. 62) ensina, “a delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos”. Portanto, não se almejou a exaustividade (extensão), nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico”. A extensão

do corpus depende sempre dos objetivos da análise e da sua temática. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 63), “Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva”.

Para concluir esta Introdução, apresentamos o modo como este trabalho está organizado. Dividimos esta dissertação em três capítulos, sendo eles listados abaixo.

No capítulo 1, intitulado "Análise de Discurso: texto, discurso e formação discursiva", abordamos de maneira detalhada e fundamentada as principais noções teóricas que envolvem o estudo da Análise de Discurso. Essas noções, como texto, discurso e formação discursiva, são essenciais para a compreensão e análise que investigamos ao longo deste trabalho.

No capítulo 2, denominado “Golpe de 2016, condições de produção”, discutimos o acontecimento, Golpe de Estado, perpetrado em 2016 no Brasil, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff. Buscamos discuti-lo levando em consideração os aspectos geopolítico e econômico, bem como o cenário político resultante. Em síntese, procuramos trazer para a consideração as especificidades desse contexto histórico no cenário político brasileiro e as condições de sua produção.

No capítulo 3, intitulado “O funcionamento discursivo das charges”, o objetivo consistiu em trazer para discussão as regularidades que constituem o texto chargístico a partir da consideração do discurso. Discorremos sobre as noções de retomada, ethos discursivo e ironia, bastante comuns nas charges. Acrescente-se, também discutimos a noção de memória discursiva, bastante profícua para a presente pesquisa.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais, onde recapitulamos os objetivos da pesquisa e discutimos suas implicações. Na sequência, seguem as referências bibliográficas utilizadas como embasamento teórico.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DE DISCURSO: texto, discurso e formação discursiva

Michel Pêcheux, nascido em Tours no ano de 1938 e falecido em Paris no ano de 1983, é uma figura central na história da linguística e da análise de discurso. Ele é amplamente reconhecido como o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, um campo de estudo que se debruça sobre a maneira como a linguagem e a ideologia se entrelaçam e se manifestam mutuamente.

A contribuição marcante de Pêcheux à Análise de Discurso foi sua concepção do discurso como um espaço onde essa relação entre linguagem e ideologia acontece de forma significativa, a linguagem vai além da mera codificação, manifestando-se como discurso (Orlandi, 2003).

Pêcheux (2014, p. 81) define discurso como “efeito de sentidos” entre os interlocutores, “efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (Orlandi, 2006, p. 17). Ele se dedicou a compreender os mecanismos que determinam historicamente os processos de significação que constituem o discurso, objeto de seu estudo.

Concordamos com (Orlandi, 2020, p. 13), quando esta diz que “procura-se compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Um dos pontos centrais de sua abordagem é a relação entre o simbólico e o político ao qual refere-se à função da linguagem na produção de sentido, sendo que esta não é apenas um meio de comunicação, mas um processo ativo de significação. A produção de sentido pela linguagem está integrada às práticas sociais, a qual reflete, reforça e, ao mesmo tempo, produz as interações sociais, culturais e históricas.

Concordamos com (Orlandi, 2005) que explora como o simbólico, entendido como a rede de significações que estruturam o discurso, está intrinsecamente ligado ao político, na medida em que o discurso é um lugar de disputa e de circulação de sentidos. Sendo a relação constitutiva entre o simbólico, o político e o imaginário, no âmbito da AD, visam-se compreender como os discursos constituem relações de poder, bem como a maneira pela qual os sentidos se movimentam e são apropriados por diferentes posições-sujeito no discurso, operando ora na consolidação, ora na contestação dessas relações.

Pêcheux acreditava que a análise de discurso permitia explorar como as relações de poder são expressas e simbolizadas na linguagem. Essa perspectiva levou à ideia de “textualização do político”, conforme mencionado por (Courtine, 1982, p. 9-127). A análise do funcionamento discursivo refere-se ao estudo detalhado de como os discursos operam. Isso inclui investigar as estruturas linguísticas, os contextos de produção e recepção, e as práticas sociais envolvidas. O objetivo é revelar os mecanismos pelos quais os discursos são historicamente determinados, ou seja, como certos sentidos e modos de expressão são formados ao longo do tempo dentro de contextos específicos (Orlandi, 2005).

Pêcheux (1997) sustenta que, na Análise de Discurso, todo enunciado ou sequência de enunciados pode ser descrito linguisticamente como uma série de pontos de deriva possíveis, que incide em outros discursos, abrindo espaço para interpretação.

Segundo Pêcheux, as palavras não têm um sentido ligado a sua literalidade, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório. De tal maneira que, em consequência, toda descrição “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1983, p. 53).

A noção de "discurso-outro" sugere que, ao analisar um enunciado, estamos constantemente envolvidos em um diálogo virtual com outras vozes, interpretações e contextos. Dessa forma, a Análise de Discurso se justifica como uma "disciplina de interpretação", destacando seu papel em explorar e compreender a espessura material que constitui os discursos (Pêcheux, 1983, p. 53-55).

Nessa reflexão Pêcheux destaca a complexidade inerente à linguagem e à interpretação, reconhecendo que os enunciados não são entidades fixas, mas sim espaços ricos e dinâmicos onde a significação é construída e negociada. Essa compreensão profunda da linguagem é fundamental para a análise crítica e interpretativa proposta pela Análise de Discurso.

Pêcheux compreende a Análise de Discurso não apenas como uma prática de leitura de textos, mas como um instrumento que transcende essa limitação. Ele acreditava que essa abordagem poderia ser vista como uma "prótese linguística" que serviria a uma "pedagogia da verdade" (Courtine, 1982). No entanto, essa visão poderia criar uma divisão entre educadores e educandos, onde os primeiros seriam responsáveis por "ensinar a ler o real" por trás da superfície complexa dos textos (Orlandi, 2005, p. 10).

Michel Pêcheux desenvolve uma abordagem da linguagem e do sentido que se diferencia das perspectivas tradicionais. Ele concebe o sentido como algo que é construído no contexto da prática humana, inserindo-o no tempo e no espaço dessa prática (Pêcheux, 1983). Essa visão busca descentralizar a noção de subjetividade e restringir a autonomia do objeto linguístico.

A Análise de Discurso representa uma crítica tanto ao objetivismo abstrato quanto ao subjetivismo idealista (Orlandi, 1999). Ela evita a concepção de um sujeito onipotente ou de um sistema linguístico totalmente autônomo (reconhecendo a relativa autonomia da língua).

Na perspectiva materialista proposta por (Pêcheux, 1975), a linguagem é compreendida como um sistema passível de ambiguidades e, ao definir a discursividade, ele destaca a importância da consideração dos efeitos materiais da língua na história. Isso inclui a análise do imaginário (formação imaginária) que atravessa as relações entre os sujeitos e a linguagem, enfatizando assim a complexidade das interações linguageiras no contexto sócio-histórico e ideológico.

A abordagem teórica de Michel Pêcheux revoluciona a compreensão da ideologia ao se basear-se na análise de formas materiais da linguagem (Pêcheux, 1983). Diferentemente de muitas abordagens tradicionais, ele não estabelece uma divisão rígida entre estrutura e acontecimento linguístico, mas relaciona a linguagem à sua exterioridade, conhecida como "interdiscurso", conforme Orlandi (2005). Para Pêcheux, o interdiscurso representa a memória discursiva, ou seja, o conjunto de discursos previamente ditos que possibilita a existência de todo discurso.

De acordo com essa concepção, os sujeitos estão inseridos em um saber discursivo que não é ensinado, mas que influencia e é influenciado pela ideologia e pelo inconsciente (Mota, 2018). O interdiscurso está intrinsecamente ligado ao complexo de formações ideológicas, que são representadas no discurso por meio das formações discursivas. Cada formação discursiva implica que algo já tenha sentido antes, em outro contexto e de maneira independente (Orlandi, 2020). Portanto, o que é dito está intimamente relacionado às condições de produção desse discurso.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que se fala antes. Em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso

disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Orlandi, 2020, p.29).

O conceito de memória na Análise de Discurso é fundamental para entender como os sentidos são produzidos e circulam. Quando se fala de memória discursiva, estamos nos referindo ao interdiscurso, que é a trama de sentidos já ditos, aquilo que "fala antes", preexistindo a qualquer ato linguageiro. Essa memória não é apenas uma lembrança, mas um conjunto de saberes discursivos que permeiam e sustentam o que é possível dizer. Em outras palavras, o interdiscurso representa o conjunto de discursos anteriores que influenciam e limitam as condições de produção de novos discursos.

Ao se apropriar desses dizeres já existentes, o sujeito não está inventando sentidos completamente novos, mas mobilizando uma memória discursiva que é anterior e independente de sua enunciação atual.

Pêcheux enfatiza que as palavras não possuem um sentido inerente à sua literalidade, mas sim que o sentido é construído por meio das relações de metáfora e transferência que ocorrem nas formações discursivas, que são contextos históricos e provisórios. Como resultado, todo enunciado está sujeito a mudanças e deslocamentos discursivos, podendo se transformar e adquirir novos sentidos ao longo do tempo.

Além disso, o texto é uma peça de linguagem que representa uma unidade significativa. Uma abordagem valiosa para compreender o texto como a unidade fundamental da análise de discurso começa com a visão de M. A. K. Halliday, que enfatiza o texto como a unidade primordial. Segundo Halliday (1976), um texto deve possuir textualidade, e esta depende da relação do texto consigo mesmo e com sua relação com o exterior. No entanto, vale ressaltar que a concepção de exterioridade em Halliday difere em natureza e estatuto daquele presente na Análise de Discurso, tal como explica Orlandi (1994).

Dentro da perspectiva teórica da AD, é fundamental compreender que as palavras por si só não carregam um sentido intrínseco. O sentido emerge do texto como um todo a partir de suas condições de produção. Quando uma palavra adquire sentido, isso ocorre porque ela está imersa na textualidade, ou seja, sua interpretação se baseia no discurso que a sustenta e que a enriquece com realidade significativa (Orlandi, 1999). Nesse sentido, concordamos com Orlandi (2020) quando afirma que:

Não vemos nos textos os “conteúdos” da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade.

Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos na análise de discurso em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante que é a da materialidade histórica da linguagem (Orlandi, 2020, p. 66).

Essa visão enfatiza a importância de analisar não apenas palavras isoladas, mas também o contexto textual mais amplo, pois é nesse contexto que o sentido é construído e interpretado. Portanto, a Análise de Discurso considera os sentidos e a ideologia como a unidade fundamental que permite compreender como a linguagem produz sentido, “dessa maneira o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases...” (Orlandi, 2020, p. 67).

A compreensão do que é um texto, na perspectiva da AD, envolve a consideração da relação com o interdiscurso e a relação com os sentidos, tanto os que são explicitados quanto os que permanecem latentes. No entanto, é possível aprofundar ainda mais essa compreensão, especialmente no que se refere à abordagem histórica do texto. “O texto referido, a discursividade é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise, unidade que se estabelece pela historicidade comunidade de sentidos em relação à situação” (Orlandi, 2020, p. 66-67).

Na AD a discursividade refere-se ao conjunto de práticas discursivas que produzem e organizam sentidos. Esse conceito sublinha que o sentido não é algo abstrato, mas algo que se manifesta de forma tangível através da linguagem e das práticas discursivas. Assim os sentidos são traços deixados pelo uso da linguagem. Esses vestígios são evidências materiais das práticas discursivas e podem ser analisados para entender como os sentidos são produzidos e como produzem sentidos na relação de produção na sociedade

Dentro desse contexto, o texto é percebido como um objeto histórico, embora o termo "histórico" aqui não se refira necessariamente a um documento, mas sim ao discurso. “Ser escrito oral também não muda a definição do texto, como a materialidade conta. Certamente um texto escrito e um oral significam de modo específico particular as suas propriedades materiais, mas ambos são textos” (Orlandi, 2020, p. 67). Portanto, é mais apropriado dizer que o texto é um objeto linguístico-histórico. Essa definição é fundamental para a análise de discurso francesa, pois serve de base para entender o texto de forma mais abrangente.

Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado da outra, com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculino e feminino é um texto, pois é uma unidade de sentido naquela situação. E isso refere-se, em nossa memória, ao fato de que em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa e é praticada socialmente, até para distinguir lugares próprios e impróprios. Por isso esse “O” tem seu sentido: tem sua historicidade, resulta em um trabalho de interpretação (Orlandi, 2020, p. 67).

Na AD, um texto é qualquer unidade de sentido que emerge em uma situação específica. Isso significa que não se limita a documentos escritos longos, mas pode incluir sinais, símbolos, imagens, entre outros elementos que carregam sentidos em um contexto dado específico. Ao trazer o exemplo das letras “O” e “A” em portas de banheiros a formação discursiva que essas letras estão inseridas são textos porque, naquele contexto, elas transmitem sentidos específicos, sendo assim o “O” é interpretado como banheiro masculino e o “A” como banheiro feminino.

A distinção entre masculino e feminino é um constructo social e histórico. Em nossa sociedade, essa distinção é significativa e se manifesta em vários aspectos da vida cotidiana, incluindo a designação de banheiros. O uso de letras para indicar banheiros reflete uma prática social aceita e reconhecida. Isso mostra como a linguagem e os símbolos são utilizados para organizar e regular a vida social. “O texto é a unidade de análise, só pode sê-lo, porque representa uma contrapartida, a unidade teórica, o discurso definido como efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2020, p. 67).

No que diz respeito à dimensão linguística e histórica, Michel Pêcheux (1997) enfatiza que a análise de discurso não representa simplesmente uma nova forma de linguística, livre dos preconceitos da linguística tradicional. Pelo contrário, ela introduz um deslocamento fundamental na própria concepção de linguística. “Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, 2020, p. 40). Nesse sentido, a especificidade da análise de discurso reside no fato de que seu objeto de estudo não é puramente linguístico, mas sim um objeto sócio-histórico onde o aspecto linguístico atua como pressuposto.

Ademais, o texto na AD não é simplesmente um conjunto de enunciados com significações fixas; em vez disso, é um processo que se desenvolve de várias maneiras em contextos sociais específicos. Essa perspectiva ampliada do texto permite uma análise mais profunda das complexas relações entre linguagem, ideologia e história (Orlandi, 2020).

Segundo Halliday (1976), o texto representa uma unidade de linguagem, sendo uma composição que carrega sentido ao enfatizar que o texto é a unidade primordial. A textualidade, necessária para que algo seja considerado texto, está intrinsecamente relacionada à conexão do texto consigo mesmo e com fatores externos (o contexto sócio-histórico e ideológico). É importante observar que a exterioridade, na Análise de Discurso, conforme Orlandi (1994), não possui a mesma natureza ou estatuto atribuídos por Halliday.

O sentido de uma palavra não é algo inerente a ela, mas sim algo que emerge da sua inserção em um contexto mais amplo, ou seja, de sua "textualidade" (Orlandi, 1994, p. 66). A textualidade refere-se à qualidade do texto, à sua capacidade de formar uma unidade coerente e significativa a partir de condições de produção dadas. Portanto, quando uma palavra ganha sentido, é porque está integrada a um discurso mais extenso que a contextualiza e lhe confere uma base de realidade significativa.

A noção de que o sentido não é apenas uma propriedade isolada das palavras, mas sim uma construção que se desenvolve dentro do tecido textual, destaca a importância do contexto na interpretação linguística. Cada palavra é moldada e adquire sentido à medida que se conecta a outras palavras, formando frases e, por fim, um discurso mais amplo. Assim, a compreensão de uma palavra não pode ser dissociada do ambiente linguístico em que ela se insere.

Esse entendimento mais profundo sugere que a interpretação linguística não é apenas uma questão de decodificar palavras isoladas, mas sim de compreender as relações e interações entre essas palavras no contexto textual. A linguagem, portanto, é vista como um sistema dinâmico em que o sentido é construído através da interconexão e interdependência das palavras dentro de um discurso mais abrangente (Orlandi, 2020).

Considerando a perspectiva teórica específica, destaca-se que as palavras, por si só, não carregam sentido intrínseco. É o texto que significa (Orlandi, 1992) O sentido emerge do texto como um todo. Quando uma palavra adquire sentido, é devido à sua textualidade, ou seja, à sua interpretação derivada de um discurso que a sustenta, fornecendo-lhe uma realidade significativa.

Aprofundando a compreensão do que constitui o linguístico histórico na Análise de Discurso, pretendemos elucidar esse conceito. Ao rejeitar a visão de que a análise de discurso, conforme concebida por Pêcheux (1975), seria simplesmente uma forma de nova linguística desprovida dos preconceitos da abordagem tradicional, o autor destaca que o discurso introduz uma descentralização na própria linguística. Pêcheux (1975) enfatiza que essa transformação

não se limita a uma nova maneira de abordar o objeto linguístico ou a uma resposta às novas demandas de pesquisa.

Pêcheux (1983) argumenta que há uma separação clara entre a prática linguística e a AD. Ele destaca que utilizar o termo "linguística do discurso" para descrever uma linguística que vai além da análise da frase constitui um abuso de linguagem. Para o autor, a análise concreta de uma situação específica requer que a materialidade discursiva em uma formação ideológica seja compreendida como uma articulação de processos.

Se, do ponto de vista pragmático, o texto é um objeto empírico com início, começo, progressão e fim, discursivamente ele é concebido como unidade complexa de significação (Orlandi, 2001). Diz-se complexa porque, todo texto é produzido a partir de determinadas condições de produção, estabelecendo relação com outros textos, outros discursos. Dito de outro modo, enquanto materialidade simbólica, os textos são construídos a partir de outros textos, de outros discursos, sempre dentro de condições de produção específicas e a partir da exterioridade que lhe é constitutiva.

“Vale dizer que, dentro dessa perspectiva, texto não é somente aquilo que é da ordem do verbal, portanto, uma foto, uma pintura, um desenho também são textos, uma vez que, além de funcionarem como uma unidade de significação (unidade de sentidos), eles estão relacionados a condições de produção específicas, significando para e por sujeitos também determinados histórica e ideologicamente” (Orlandi, 1994, p. 114). De acordo com (Orlandi, 2020, p.41) o discurso se constitui em seus sentidos, porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra, para ter um sentido e não outro.

Do analista de discurso, espera-se que o texto, enquanto espaço heterogêneo no qual sujeitos se subjetivam, seja remetido ao discurso, sendo este compreendido como prática simbólica, histórica (Orlandi, 1999). Pela mobilização da noção de formação discursiva, é possível compreender o processo de produção de sentidos que engendrada o texto, permitindo que o analista de discurso compreenda o seu funcionamento discursivo.

As formações discursivas são regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações (Orlandi, 1999). O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, por meio do já dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra(s).

CAPÍTULO 2

GOLPE DE 2016: condições de produção

Neste capítulo, analisaremos o acontecimento que se desvela nas condições de produção do Golpe de Estado em 2016 no Brasil, sofrido pela ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, em seu contexto geopolítico e econômico, e o cenário político resultante, isto é, nosso objetivo é trazer para a consideração as especificidades desse contexto histórico no cenário político brasileiro. Aqui a noção de condições de produção é fundamental. Para Orlandi (2020), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico e ideológico” (Orlandi, 2020, p. 28-29).

O ano de 2016 foi marcado por um período de movimento político e mudanças significativas em muitos países ao redor do mundo. Um dos eventos mais notáveis foi o processo de impeachment no Brasil, que teve repercussões não apenas no país, mas também na geopolítica global e na economia internacional.

O Golpe Político de 2016 no Brasil refere-se ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. O processo foi marcado por uma série de controversas acusações de irregularidades fiscais e administrativas, que levaram à destituição da presidenta em agosto de 2016. Muitos críticos argumentam que o impeachment foi politicamente motivado e questionam sua legitimidade.

A operação jurídico-midiática que viabilizou o impeachment também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e ‘normalidade’. É o que podemos chamar também de novelização das notícias e uma tentativa exaustiva de ‘direção de realidade (Bentes, 2016)

Após o impeachment, considerado pelos setores progressistas como Golpe de Estado, o Brasil enfrentou desafios políticos significativos. Michel Temer assumiu a presidência, e seu governo foi marcado por controvérsias e protestos populares. Em seguida, Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018, consolidando uma guinada à direita na política brasileira. Seu governo também é objeto de debates acalorados, especialmente em relação a questões ambientais, direitos humanos e políticas econômicas.

O Brasil é uma das maiores economias da América do Sul e desempenha um papel significativo no cenário internacional. A mudança de liderança e a instabilidade política

causaram impactos na diplomacia brasileira e nas relações com outros países. Além disso, o processo despertou debates sobre o papel dos Estados Unidos e de outras potências estrangeiras na política brasileira.

O Brasil é um ator-chave na economia global devido ao seu tamanho e recursos naturais. A instabilidade política e as incertezas resultantes do impeachment afetaram a economia brasileira e tiveram implicações em nível global. A volatilidade nos mercados financeiros e as flutuações nas *commodities* impactaram investidores e parceiros comerciais em todo o mundo.

O evento de grande relevância na história política do país, resultou na destituição da então presidenta, Dilma Rousseff, e marcou um período de intensa controvérsia e agitação política.

[..]1 - Afirmar o Estado Democrático e Constitucional de Direito [...] 2 - Defender a imparcialidade da Justiça, que deve operar segundo os ditames da Constituição e do ordenamento jurídico, não admitindo a sua partidarização, seu funcionamento seletivo e perseguições políticas de qualquer natureza; [...] (FBJD, 2016).

O contexto para o impeachment foi estabelecido por uma série de fatores, incluindo uma crise econômica que começou a se manifestar nos anos anteriores (Demier, 2014, p. 103). A economia brasileira enfrentava desafios, como a desaceleração econômica, a inflação em alta e um escândalo de corrupção massivo conhecido como a Operação Lava Jato, que expôs práticas corruptas envolvendo empresas estatais e políticos de alto escalão.

A polarização política também era evidente, com uma parte da população apoiando fervorosamente o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Dilma Rousseff, e outra parte expressando profunda insatisfação com o governo (Lowy, 2016). Isso despontou em manifestações populares em todo o país, algumas pedindo a saída da presidenta.

As acusações que levaram ao processo de impeachment se concentraram em irregularidades fiscais, especificamente as chamadas "pedaladas fiscais". Essas acusações alegavam que o governo de Dilma Rousseff atrasou intencionalmente repasses de recursos a bancos públicos para melhorar as contas públicas, uma prática considerada ilegal.

O impeachment foi um processo político e jurídico complexo que envolveu várias etapas, incluindo votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Souza, 2016, p. 49). A votação no Senado, em agosto de 2016, resultou na destituição de Dilma Rousseff da presidência e na posse de seu vice-presidente, Michel Temer, como presidente interino.

O impeachment de Dilma Rousseff foi altamente controverso e gerou debates intensos na sociedade brasileira (Souza, 2016, p. 93). Enquanto seus apoiadores alegavam que o processo era um golpe político, argumentando que as acusações não justificavam sua destituição, seus críticos afirmavam que o processo seguiu os procedimentos legais e constitucionais.

A destituição marcou o início de um período de instabilidade política no Brasil. O governo de Michel Temer enfrentou desafios políticos e protestos populares, e o país se preparou para as eleições presidenciais de 2018, que resultaram na eleição de Jair Bolsonaro, um candidato de extrema direita.

O governo de Michel Temer enfrentou um contexto político conturbado (Souza, 2016, p. 110). Ele herdou um país dividido, com defensores fervorosos do *impeachment* argumentando que essa medida era necessária para lidar com a crise econômica e política que o Brasil enfrentava. No entanto, muitos opositores ao processo de *impeachment* consideraram-no ilegítimo e acusaram-no de ser um ataque à democracia.

Essa divisão política se manifestou nas ruas, com manifestações populares tanto a favor quanto contra o governo. A polarização política se intensificou, e o clima de tensão social persistiu durante o governo de Michel Temer.

O impeachment de 2016 teve implicações diretas nas eleições presidenciais de 2018. O Brasil viu uma guinada na orientação política do país, com a eleição de Jair Bolsonaro, um candidato de direita. Isso refletiu a continuidade da polarização política e uma demanda por mudança por parte de muitos eleitores.

Muitos brasileiros passaram a questionar a integridade das instituições políticas e acreditar que essas instituições poderiam ser usadas para fins políticos. Isso contribuiu para uma sensação de desilusão e ceticismo em relação à política.

A análise da representação da luta pela democracia no Brasil durante a Ditadura Militar de 1964 revela uma trajetória marcada por desafios, resistência e mobilização social. Nesse contexto, o emblemático AI – 5 destaca-se como símbolo de um período sombrio, cujas ramificações se estenderam por vários países da América Latina. A transição democrática, ganhando ímpeto a partir do final dos anos 1970, se configurou por meio da ativa participação de estudantes, setores de esquerda e do movimento operário, envolvendo até mesmo a luta armada. Essas ações geraram movimentos sociais nos anos 1980 e conduziram a intensas mobilizações pela garantia de direitos civis e trabalhistas, desaguando, por fim, na promulgação

da Constituição de 1988. Esta jornada desordenada, permeada por episódios de resistência e aliciação cívico, delineou um panorama complexo na busca pela restauração da democracia no Brasil.

A análise da representação da luta pela democracia no Brasil durante a Ditadura Militar de 1964 revela uma trajetória marcada por desafios, resistência e mobilização social. Nesse contexto, o emblemático AI – 5 destaca-se como símbolo de um período sombrio, cujas ramificações se estenderam por vários países da América Latina. A transição democrática, ganhando ímpeto a partir do final dos anos 1970, se configurou por meio da ativa participação de estudantes, setores de esquerda e do movimento operário, envolvendo até mesmo a luta armada (Demier, 2017, p. 15).

Essas ações geraram movimentos sociais nos anos 1980 e conduziram a intensas mobilizações pela garantia de direitos civis e trabalhistas, desaguando, por fim, na promulgação da Constituição de 1988. Esta jornada desordenada, permeada por episódios de resistência e aliciação cívico, delineou um panorama complexo na busca pela restauração da democracia no Brasil.

Nesse contexto, o final dos anos 1970 se revela como um marco significativo na retomada do sentido democrático não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (Demier, 2017, p. 16). A década subsequente se desenha como um período de transformação, especialmente com a emblemática campanha das Diretas, que sinaliza a transição democrática e a mobilização intensa em prol dos direitos civis, econômicos, políticos e culturais. “Não há uma verdade oculta através do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (Orlandi, 1999, p. 25).

Este movimento culmina de maneira crucial em 1988, quando um pacto constitucional é estabelecido, inaugurando uma nova fase na trajetória brasileira. Esse pacto não apenas consolida princípios democráticos, mas também introduz uma agenda inovadora no aparato estatal, caracterizada pela participação ativa da sociedade civil e pela criação de instituições e instrumentos fundamentais para a consolidação de um regime democrático duradouro.

Essa jornada, marcada por desafios e conquistas, revela a resiliência do povo brasileiro na busca pela democracia e pelos direitos fundamentais. Para Silva (2015, p. 398): “A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as Ligas Camponesas em 1960, duramente reprimidas por reivindicar reforma agrária.” Essa conjuntura reveladora do golpe e

das suas implicações econômicas também se entrelaça com o contexto global de transformações iniciado em 2008.

A crise financeira mundial desencadeou uma reestruturação do capitalismo e uma reconfiguração na geopolítica global. A partir desse ponto, a interferência de agentes externos vinculados ao grande capital internacional, com interesses estratégicos no Pré-sal e na exploração da mão de obra brasileira, tornou-se cada vez mais evidente.

No cenário doméstico, a disputa pelo controle do Estado entre a burguesia nacional, o empresariado rentista e a elite brasileira ganharam destaque, estando intrinsecamente vinculada à presença direta de representantes do capital internacional. Dessa forma, a trama política e econômica desencadeada pelo afastamento da Presidenta Dilma Rousseff revela conexões profundas com os movimentos globais de poder e interesses econômicos.

Esse contexto eleitoral turbulento de 2014 não apenas reflete a polarização política, mas também estabelece uma conexão direta com os eventos que culminaram no golpe subsequente. A recusa do candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), em aceitar a derrota para a Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), desencadeou uma série de tentativas de contestar o resultado, como o pedido de recontagem de votos sob a alegação de fraude eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Além disso, Aécio Neves liderou um boicote ao governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff, marcadamente representativo após 13 anos de domínio do PT no poder. Essa tensão Pré-golpe, originada no cenário eleitoral, delineou um ambiente político propício para os eventos subsequentes que impactaram significativamente a estabilidade democrática no país.

O ano de 2016 foi marcado no Brasil por um grave revés quanto à possibilidade de promover uma transformação social em sentido igualitário. A destruição da Presidente da República que chegara ao posto pelo voto popular, por meio de um impeachment sem respaldo na Constituição vigente, mostrou que a democracia eleitoral passava à condição de uma ordem tutelada por grupos poderosos. O governo que emergiu do golpe dedicou-se a implementar, em ritmo acelerado, políticas de restrição de direitos, recusando qualquer debate público sobre elas e desprezando a evidente insatisfação da maioria da população (Miguel, 2018, p. 07).

Caracterizado por um notável retrocesso na busca por uma transformação social rumo à igualdade, este período foi marcado pelo golpe que resultou na destituição da Presidente eleita pelo voto popular. O impeachment, realizado sem respaldo na Constituição em vigor,

evidenciou a influência de grupos poderosos sobre a democracia eleitoral. O governo que surgiu após o golpe empenhou-se em implementar, de maneira acelerada, políticas que restringiram direitos, sem permitir qualquer debate público a respeito e ignorando a evidente insatisfação da maioria da população

O clima de intensificação política no país, evidenciado durante o segundo turno das eleições de 2014 e mantido após a eleição da Presidenta Dilma, encontrou um ponto crucial nas manifestações de junho de 2013, exercendo uma influência direta nos desdobramentos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff. Esse clima conturbado abriu caminho para a consolidação de um ponto de consenso nas análises sobre o golpe de 2016.

Este golpe revelou-se como uma articulação de dimensões significativas, caracterizada pela aliança entre a mídia tradicional, o judiciário e o legislativo federal. Essa tripartite foi formada por meio de blocos compostos por partidos representados no Congresso, delineando um complexo cenário político que impactou profundamente a estabilidade democrática do país. A seletividade “só pode ser usada para enganar e manipular porque a definição do que é corrupção é arbitrária e pode ser aplicada a quem realiza o ataque” (Souza, 2016, p. 198).

Segundo Souza (2016), o golpe de 2016 representa a continuidade de um processo antipopular que teve início em 1930. Nessa perspectiva, a estratégia utilizada para estimular as manifestações de 2013 e desvirtuar o seu propósito inicial, direcionando-as contra o Governo Federal, foi bem-sucedida. Isso ocorreu ao nacionalizar a questão a partir de uma pauta inicial sobre o aumento do transporte na cidade de São Paulo. No período de 1994 a 2013, o valor do transporte público na cidade aumentou de R\$0,50 para R\$3,00 (Agência Brasil, 2013).

O esboço do Golpe de 2016 começou a ser delineado a partir de 2014, imediatamente após a vitória de Dilma Rousseff sobre o candidato do PSDB, Aécio Neves (Ferreira, 2021, p.50) Desde a instauração do processo conduzido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 2015, o PT e o governo Dilma foram constantemente destacados nos noticiários, jornais e na grande mídia brasileira.

Isso aconteceu tanto em relação ao progresso do processo nos poderes legislativo e judiciário quanto às manifestações a favor e contra o impeachment, assim como às medidas adotadas pela presidente para lidar com a crise dentro do governo.

A crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 foi um momento marcante na história recente do Brasil. No dia 17 de abril deste ano, a Câmara

dos Deputados tomou uma decisão crucial ao aprovar, por 367 votos a favor e 137 contra, o início do processo contra a presidente.

Este episódio tornou-se simbólico, revelando um cenário de incertezas quanto ao desfecho, mas ao mesmo tempo, indicando de forma clara os contornos políticos que viriam a se desenrolar. Neste contexto, a própria sessão da Câmara nesse fatídico dia, presidida por Eduardo Cunha, figura que posteriormente seria condenada pela Justiça por envolvimento em um esquema de propina, já apresentava um ambiente mais trágico lançando as bases para uma análise crítica dos eventos que se seguiram.

Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (Bianchi, 2018, p.60).

A votação revelou um processo que já vinha se delineando há algum tempo no país: o reaparecimento da extrema direita, o que se tornou ainda mais evidente durante o governo interino de Michel Temer a partir de maio de 2016. Isso foi notado com a formação de um ministério totalmente composto por homens brancos e o encerramento do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. No mesmo mês, o presidente se encontrou com o pastor Silas Malafaia, uma das principais lideranças religiosas do país, e em seu discurso de posse, comprometeu-se a realizar um "ato religioso" com o Brasil.

Em seu discurso de posse proferido em 12/05/2016, Michel Temer disse que “Quando você é religioso você está fazendo uma religião. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de nosso país”. A fala de Michel Temer sobre um "ato religioso" e a busca por uma "religião" no Brasil é uma tentativa de justificar ou conferir uma aura de legitimidade às ações políticas ocorridas no golpe.

No contexto, esse discurso é associado à construção de uma narrativa que visa unir ações políticas controversas a valores morais e espirituais. A ideia de "religião" traz consigo uma tentativa de reconciliar ou justificar medidas impopulares através de uma suposta ligação com princípios éticos ou espirituais, influenciando a opinião pública e buscando apoio para a agenda política em questão.

Michel Temer, que assumiu a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff, buscou apoio entre líderes evangélicos, frequentemente participando de encontros e eventos religiosos. Esse relacionamento estreito entre o governo e setores evangélicos foi notável na formação de seu ministério, marcado pela presença de políticos evangélicos e pela promoção

de pautas conservadoras. A pauta conservadora defendida por muitos líderes evangélicos, como a oposição aos direitos LGBTQ+ e a defesa de valores tradicionais, alinhou-se com agendas políticas mais amplas durante esse período. Além disso, alguns líderes evangélicos expressaram apoio explícito ao impeachment de Dilma Rousseff, associando-o a uma suposta restauração dos valores morais e éticos no governo.

O envolvimento ativo de líderes evangélicos no cenário político e sua contribuição para a formação de uma base de apoio ao golpe de 2016 refletem a complexidade das relações entre religião e política no Brasil, destacando o papel desempenhado por esses líderes na configuração do cenário político brasileiro naquele período.

Em 2013, o Movimento Passe Livre iniciou manifestações em São Paulo contra o aumento das passagens de transporte público, inicialmente focando na má qualidade do serviço. As manifestações, diferentemente dos anos anteriores, ganharam força, abrangendo diversas demandas nacionais, como questões tributárias, educacionais e políticas.

A juventude expressava seu descontentamento não apenas com o aumento de R\$ 0,20 nas passagens, mas também com questões mais amplas, como a falta de perspectivas após a obtenção de diplomas em instituições de ensino duvidosa, empregos precários, superexploração do trabalho e problemas associados ao estilo de vida consumista da classe média.

A complexidade das demandas apresentadas refletia uma crítica espontânea e subjetiva das massas, que os conjuntos políticos de esquerda não souberam responder e organizar, abrindo espaço para ações da direita. Em meados de junho, a postura inicialmente contrária da mídia ao movimento mudou, indicando uma mudança significativa na percepção pública.

As manifestações passaram a incluir palavras de ordem contra sindicatos, organizações de esquerda e bandeiras vermelhas. O ponto culminante ocorreu na passeata da Avenida Paulista, onde militantes de esquerda foram expulsos e o comandante da polícia sentou-se no chão em apoio às demandas da juventude. No entanto, a resposta governista, como a proposta de reforma política, não atendeu às expectativas das multidões.

À medida que as esquerdas e os movimentos sociais tentaram retomar a iniciativa, a repressão tornou-se mais intensa, desmobilizando greves e manifestações. Durante esse período, grupos mais radicais, como os *Black Blocs*, foram desmantelados com a morte e prisão de lideranças em São Paulo, e ativistas cariocas foram criminalizados pela morte de um jornalista atingido por um rojão. O cenário evidencia uma dinâmica complexa de protestos, repressão e mudanças na percepção pública ao longo desses eventos.

O financiamento oculto de manifestações em 2013, inicialmente voltadas contra o aumento nas passagens, revelou a participação de partidos de direita (PSDB, DEM, PMDB) e grupos estrangeiros. A imprensa apoiou explicitamente tais atos, suspendendo programações normais para destacar a insatisfação dos setores médios com o governo e a corrupção.

O Parlamento, o mais conservador desde 1964, com as Bancadas da Bíblia, Agronegócio e Segurança, bloqueou a agenda governamental, fortalecendo os movimentos de rua. A Operação Lava Jato, na "domínio dos fatos", acusou petistas sem evidências, espetacularização pela mídia.

O Judiciário, como um Leviatã, promoveu linchamentos midiáticos, negando a defesa efetiva aos envolvidos. A base de sustentação do governo Dilma foi criminalizada, empresários e tecnocratas detidos, amplamente divulgados como condenação do "governo corrupto". Atos e agressões contra membros do PT, sindicatos, artistas e transeuntes vestindo vermelho cresceram, especialmente em estados conservadores (Boito, 2018, p. 81).

As medidas do governo, como a Agenda Brasil, não resolveram a crise e, lideradas por Joaquim Levy, levaram o país à recessão. A contraofensiva governista visou Eduardo Cunha, aliado suposto, mas denunciado por ilegalidades na Suíça. Cunha aceitou o pedido de impeachment, dividindo o Brasil entre Legalidade e Golpe. A campanha midiática, as agressões físicas e as ações jurídicas aumentaram. O governo perdeu apoio parlamentar, culminando no impeachment de Dilma.

A classe média radicalizada esperava uma retomada do crescimento e o combate à corrupção, mas o governo Temer foi acusado de cleptocracia e plutocracia. Medidas de austeridade afetaram os setores médios e populares, levando amplos segmentos da classe média a perceberem os impactos negativos de suas ações.

Diante do exposto, é inegável que o Golpe político de 2016 deixou marcas profundas na sociedade brasileira, com desdobramentos que vão além do período do governo Temer. A continuidade e o agravamento sob a gestão de Bolsonaro acentuaram a insatisfação e as críticas, inclusive entre parte de seus próprios eleitores. A promessa de um governo anticorrupção desmoronou diante de escolhas questionáveis, como a composição de ministérios com investigados e condenados, evidenciando uma desconexão entre discurso e prática.

Os reflexos da crise política vão além do campo político, atingindo dimensões moral, social e econômica. As recentes deliberações do governo, como a falta de reajuste do salário-mínimo e a supressão de benefícios sociais, reforçam a percepção de que a classe trabalhadora

foi prejudicada nas eleições de 2018, consideradas por alguns setores da esquerda como as "eleições do golpe". A crise atual, portanto, não se restringe apenas ao cenário político, mas permeia diversas esferas da vida brasileira.

Ao analisar a conjuntura, percebe-se uma sociedade envolvida em uma espécie de esquizofrenia social, onde o comprometimento de direitos essenciais ocorre muitas vezes de maneira inconsciente. A falta de consciência política, de classe e de senso crítico contribui para que o brasileiro médio, em busca de alternativas e saídas, se posicione do lado equivocado do conflito, reforçando fragilidades em seus posicionamentos políticos.

A referência de Umberto Eco ao "Ur Fascismo" em 1995 parece ter uma ressonância no Brasil contemporâneo, onde características como rejeição ao pensamento crítico, elitismo e apelos às classes médias frustradas são notáveis. Os eventos recentes certificam a esquizofrenia social e o enfraquecimento da ordem democrática, levantando a necessidade premente de reflexão e ação para reverter o quadro e fortalecer os fundamentos da democracia no país.

CAPÍTULO 3

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS CHARGES

Neste capítulo, o objetivo é trazer para discussão as regularidades que constituem o texto chargístico a partir da consideração do discurso. Traremos para a consideração as noções de retomada, *ethos* discursivo e ironia bastante comuns nas charges. Vale dizer que, no caso da retomada, valer-nos-emos da noção de memória discursiva, bastante profícua para a presente pesquisa.

Em AD, interessa ao analista o funcionamento em detrimento da função. Na análise, o discurso é compreendido como parte de um mecanismo em funcionamento, pertencente a um determinado lugar no interior de uma formação social. Orlandi (1988) concebe o funcionamento como a estruturação de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.

Inicialmente, importa dizer que, discursivamente, o funcionamento é pensado como contraparte do conceito de tipo. Enquanto o funcionamento é atividade estruturante, o tipo corresponde à cristalização, a fixações de processos discursivos. No entanto, é preciso levar em conta, como Orlandi (1988, p. 25) ensina, que, do ponto de vista da operacionalização,

a noção de tipo tem função metodológica fundamental: permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades e se distingam classe. É um princípio organizador equivalente ao de categoria. [...] **todo dizer tem necessariamente sua configuração.** Por isso é sempre possível se reconhecer um tipo em qualquer instanciação de linguagem (Os grifos são nossos).

Ou seja, a noção de tipo pode ser muito produtiva quando pensada para além de um mero produto cristalizado, ou seja, a partir do contexto sócio-histórico e ideológico em que é produzido. É nesse sentido que compreendemos as charges nesta pesquisa³.

Do ponto de vista do discurso, as charges são um tipo de texto que se caracteriza pelo jogo entre os planos verbal e visual conjuntamente, o que rompe com a ideia hegemônica de texto como um conjunto de palavras organizadas. Acrescente-se, as charges, enquanto texto,

³ O leitor observará que, por vezes, nos referimos às charges como gênero, que é, neste trabalho, também compreendido como um fato linguageiro produzido na história, isto é, dentro de condições de produção específicas, tal como as analistas de discurso Cavalcanti e Azevedo (2018) as compreendem. Portanto, quando nos referimos às charges como tipo ou gênero, estamos compreendendo ambos discursivamente, como sujeitos ao movimento dos sentidos (na) e da história.

funcionam majoritariamente pelo recurso da síntese (condensação), um tipo específico de *elaboração dos sentidos* (Freud, 1996).

Outro aspecto importante que constitui o gênero charge diz respeito ao fato de que as charges, enquanto manifestação estética, estão intimamente relacionadas ao político, isto é, elas tendem a disputar sentidos, colocando em xeque interpretações hegemônicas produzidas e perpetuadas pela ordem do discurso da mídia corporativa ocidental que trabalha sob a égide da política do silêncio ou silenciamento (Orlandi, 1997). Elas apresentam questões relacionadas ao cenário político por meio de um tom crítico contundente.

Para Carmelino e Possenti (2019), compreender o jogo de sentidos que tece as charges é preciso que o leitor consiga, no processo de leitura, recuperar fatos e/ou enunciados veiculados na mídia e que motivaram a sua criação. “No que tange ao gênero charge, vale reforçar que, em geral, remete a pessoas conhecidas e a acontecimentos próximos de sua publicação. Trata-se de um texto breve, que consiste na retomada simplificada de cenas, fatos e pessoas” (Carmelino; Possenti, 2019, p.47).

A manifestação da crítica leva-nos a afirmar que as charges não são um mero objeto de entretenimento e brincadeira; elas implicam relações sociais e políticas sérias, funcionando muitas vezes como forma de posicionamento político e crítica social. Neste sentido, concordamos com Mota (2018), que não nega que o humor está relacionado ao lúdico e ao prazer, mas afirma que, da perspectiva do discurso, mesmo esse seu lado não faz dele “mera brincadeira”, fruto de uma imaginação ingênua ou de pura descontração sem implicações para a constituição dos sujeitos e da política dos sentidos. Numa abordagem psicanalítico-discursiva do humor, como a autora evidencia em suas análises, há relações subjetivas, ideológicas e políticas importantes.

A comicidade está presente em parte das charges. Em parte, porque nem todas as charges, principalmente de alguns cartunistas como Carlos Latuff, fundamentalmente aquelas nas quais ele retrata o genocídio do povo palestino, apresentam o humor como seu componente principal.

Enquanto uma prática de linguagem, o campo da comicidade, do qual deriva o chiste, o cômico e o humor, conforme a distinção estabelecida por Freud (1996), se manifesta, em sua maioria, na relação conjunta entre a materialidade linguística e imagética (Mota, 2018, p. 105). Recorrendo a recursos expressivos constitutivos da própria estrutura significativa do sistema linguístico (tais como duplicidade de efeitos discursivos, ironia, ambiguidade, equívoco,

trocadilhos, jogos de palavras), e do sistema imagético (desenho, caricatura etc.), o campo da comicidade atesta, pois, o caráter oscilante da língua(gem), desestabilizando-a das estruturas lógico-matemáticas a que ela, muitas vezes, é submetida (Ferreira, 2000).

Carmelino e Possenti (2019) apontam algumas características elementares do gênero charges. Duas delas nos interessam sobremaneira nesta pesquisa, qual seja: o ethos e a retomada. Faz parte da comicidade a presença do que Maingueneau (1998) chamou de *ethos*, termo advindo da Grécia antiga e apropriado por perspectivas teóricas da linguagem, do discurso. Para o autor (Maingueneau, 1998, p. 60), qualquer discurso implica “certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele”.

Nesse sentido, o discurso é proferido em certo tom, que implica uma corporalidade e um caráter, traços físicos e psicológicos, respectivamente, que, de acordo com Carmelino e Possenti (2019, p. 35), “são traços atribuídos ao enunciador pelo leitor/ouvinte a partir de representações por vezes estereotipadas”.

Quanto à retomada, ela está intimamente relacionada com a noção de memória. Sendo da ordem da coletividade, a memória se refere a um implícito (Pêcheux, 1999), responsável por estruturar o discurso. Desse modo, a memória, longe de ser individual, é coletiva, uma vez que evoca elementos anteriores e exteriores a um enunciado.

De acordo com Courtine (2009), existem dois movimentos fundamentais entre discursividade e memória: a retomada de discursos, ainda que transformados no eixo da formulação, e o esquecimento. A memória é um elemento constitutivo do funcionamento das charges, fundamentalmente no que tange à imagem que elas convocam.

Nesse sentido, concordamos com Cavalcanti e Azevedo (2018) quando afirmam que a imagem é operadora de memória discursiva em charges. Pode-se dizer que a imagem é produzida a partir dos dois eixos: formulação (intradiscurso) e constituição (interdiscurso). Nessa via, a forma, o traço e a cor participam igualmente da produção de sentidos, do funcionamento linguageiro.

Gregolin (2000) assevera que a imagem é sempre sustentada pelo interdiscurso, compreendido este com:

Nas palavras da autora:

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-lo insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (Gregolin, 2000, p. 22).

Com base na afirmação da autora, compreendemos que a imagem opera discursos outros, produzidos em outros lugares indefinidamente, promovendo retomadas de discursos já formulados. Outro elemento presente nas charges é a ironia. Seu funcionamento atesta a afirmação de Michel Pêcheux (1983, p. 53) de que todo enunciado é “intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, o que significa dizer que o sentido pode deslocar-se para outras regiões de saber que lhe é distinta, abrindo lugar à interpretação.

Para o autor, é a presença do *outro* nas sociedades e na história que faz emergir, no processo de leitura, pontos de deriva possíveis, compreendidos estes como espaços que permitem ao leitor, determinado histórica e ideologicamente, interpretar.

Na ironia funciona o que Brait (1996, p. 58) denomina:

[...] um discurso que através de mecanismos dialógicos oferece-se basicamente como argumentação indireta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de ideias e de normas institucionais, como a instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva.

Da perspectiva do discurso, a ironia atesta o fato da incompletude da linguagem (Orlandi, 1983). Incompletude que se funda no fato de que todo discurso estabelece relação com outros discursos e com a situação em que é produzido (exterioridade constitutiva).

Segundo Orlandi (1983), faz parte do funcionamento da ironia romper com os processos de significação estabelecidos institucionalmente. Lugar do outro sentido, a ironia abre para o equívoco da língua (o real da língua). Nesta mesma perspectiva, segundo Ferreira (2000, p. 108), em todas as formas possíveis de manifestação da linguagem, o equívoco instaura “a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos”.

Por fim, a sátira é outro recurso estético linguageiro presente em charges. Para Figueira (2019), a sátira “prescinde da repetição (mesmo que por vezes recorra a ela) e apresenta um teor crítico (eventualmente, ideológico) acentuado – ela ridiculariza e ataca seu objeto”.

Por todas essas razões, acreditamos que as charges são um material produtivo tanto para a análise e compreensão de seu processo de significação quanto como expressão de posicionamentos políticos antagônicos, conflitos de classes, evidenciando diferentes posições de sujeito no discurso.

Com base no levantamento bibliográfico feito para a qualificação desta dissertação, observamos que, embora exista um número considerável de estudos dedicados à temática das charges, há poucas pesquisas que reúnem o tema do Golpe de Estado de 2016 no contexto discursivo das charges. Sendo assim a seleção das charges para compor a dissertação foi crucial para as análises de discurso conduzidas neste estudo.

A escolha criteriosa do corpus de análise envolveu considerações orientadas por teóricos como Orlandi, Pêcheux, Carmelino, Possenti, Mota, Courtine entre outros. Para constituir o corpus, foram adotados os seguintes critérios: Relevância e Tema Específico, as charges selecionadas abordam temas diretamente relacionados ao processo de destituição de Dilma Rousseff, garantindo que o corpus estivesse alinhado com as questões de pesquisa.

O corpus incluiu as charges publicadas em 2016, período que abrange as manifestações do processo de impeachment, considerando a relevância histórica desse evento. A análise se concentrou em charges que circulam na internet (blogs, redes sociais como o Facebook e Instagram, além de canais progressistas como a TV 247, onde o chargista tem um espaço para a publicação de seu trabalho).

Como já explicitamos, são charges que abordam o tema sobre o Golpe de Estado de 2016 e a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff da presidência do Brasil. O objetivo era capturar as diferentes perspectivas e discursos presentes nesses materiais, uma vez que o processo de impeachment foi um tema altamente polêmico e amplamente discutido no Brasil.

A posição sujeito-autor de Latuff em suas charges, especialmente aquelas que expressam sobre o contexto deste trabalho, são avessas ao impeachment da presidenta. Isso permitiu explorar como o chargista influenciou a opinião pública e mobilizou grupos em desacordo ao impeachment por meio de suas produções e presença nas redes sociais.

A pesquisa inicialmente identificou aproximadamente 20 charges, que foram posteriormente reduzidas para 15, devido às limitações de tempo e espaço. Uma análise prévia foi conduzida para refinar ainda mais a seleção, resultando em um corpus final de quinze charges que abrangeram o período anterior ao impeachment e o em que ele foi perpetrado. Essas

charges foram escolhidas com base em eventos relevantes e manifestações sociais, bem como no contexto do processo de impeachment.

3.1 Especificidade do Gênero Charge

A charge é um gênero que se destaca pela sua capacidade singular de produzir crítica e humor de forma concisa e impactante. Compreender a especificidade desse gênero requer uma análise que vai além de sua forma visual e envolve uma compreensão profunda de seu funcionamento discursivo. “O gênero charge vem do francês Charger e significa carregar, exagerar”, segundo Rabaça & Barbosa (1995).

Em primeiro lugar, a charge é um gênero que se baseia fortemente na intertextualidade e na polissemia. Por meio da combinação de elementos visuais e textuais, as charges frequentemente fazem referência a eventos, figuras políticas, culturais ou sociais específicas. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 36), “Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites restritos entre o mesmo e o diferente. Daí consideramos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmico”.

Essas referências intertextuais convidam o leitor a participar ativamente do processo de interpretação, exigindo um conhecimento prévio do contexto para compreender completamente o seu sentido. Assim, a charge não apenas comenta sobre um evento ou tema, mas também dialoga com outras formas de discurso presentes na sociedade.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória final. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 2020, p. 60).

Contudo, é a polissemia que realmente potencializa a força crítica das charges de Latuff, uma vez que, conforme Orlandi aponta, ela opera por meio do deslocamento e da ruptura, jogando com o equívoco. O uso de imagens ambíguas ou de frases irônicas nas charges abre espaço para múltiplas interpretações, rompendo com a fixidez de sentidos e gerando um efeito de estranhamento no leitor. O jogo entre o que é dito e o que é mostrado não apenas desestabiliza a interpretação, mas também questiona verdades aparentes, trazendo à tona a contradição que

caracteriza o discurso social. A polissemia, nesse contexto, desestabiliza a estabilidade da paráfrase, permitindo que novos sentidos emergem da tensão entre o verbal e o visual.

Enquanto a paráfrase mantém a estabilidade do "dizível", a polissemia introduz múltiplos sentidos e interpretações, desafiando a unidade de sentido. A polissemia é associada ao equívoco, ou seja, à ambiguidade e à incerteza. Ela permite a multiplicidade de interpretações e a abertura para diferentes entendimentos do discurso.

A interação entre a paráfrase e a polissemia reflete um movimento discursivo que transita entre a estabilização de significados, através da memória social, e a abertura para novos sentidos, por meio da ruptura e da multiplicidade interpretativa. Essa dinâmica discursiva torna o trabalho de Latuff particularmente poderoso no contexto das charges, pois não apenas reafirma discursos críticos já presentes, mas também possibilita novas leituras e provoca questionamentos a partir do deslocamento semântico que caracteriza a polissemia.

A charge em sua natureza satírica e subversiva tem a função de exagerar características de figuras e situações, a charge expõe contradições e absurdos presentes na sociedade. Essa subversão do discurso dominante desafia as normas e expectativas estabelecidas, convidando o leitor a questionar e refletir sobre as estruturas de poder e as relações sociais existentes.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (Foucault, 1979, p.182).

Para Foucault (1979) é preciso entender as relações de poder não apenas em suas formas centrais e institucionais, mas também em suas manifestações mais periféricas e marginais. Isso implica examinar como o poder se manifesta em níveis locais e regionais da sociedade, além das estruturas de poder mais amplas.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 193).

Isso inclui entender como o poder opera em comunidades, governos locais, instituições regionais e outras esferas menores de influência, no ponto em que ele ultrapassa as regras de direito que supostamente o organizam e delimitam. Isso sugere que o poder muitas vezes opera além das estruturas jurídicas estabelecidas, exercendo influência de maneiras que podem não ser legalmente sancionadas. Como o poder está cada vez mais distante das estruturas jurídicas tradicionais em seu exercício, implica reconhecer que o poder muitas vezes se manifesta de maneiras que não são facilmente reguladas ou controladas pelo sistema jurídico.

Retomamos aqui as especificidades da charge. Trata-se de um gênero que se adapta constantemente ao contexto sócio-histórico em que está inserida, observando sua relevância e eficácia que dependem da sua capacidade de capturar e comentar sobre questões emergentes na sociedade. Assim, a especificidade da charge reside não apenas em suas características formais, mas também na sua capacidade de tratar de questões da vida social. Para Cavalcante e Azevedo (2018, p. 238), “[a charge] é uma cena pictórica de caráter caricatural, que caracteriza um fato específico, um acontecimento, situação ou personagem, em geral, de caráter político ou informação de domínio público”.

Sabemos também que tal gênero possui marcas verbais e não- verbais e essa relação entre discurso/imagem mostra, através das temáticas que abordam, como os sujeitos constroem suas identidades a partir dos personagens caricatos e de suas interações discursivas. Então, atravessada pela historicidade constitutiva do discurso, a charge envolve efeitos de sentido que não decorrem exclusivamente daquilo que se vê, ouve ou lê, mas que derivam de dizeres outros, deslocados e ressentidos no fio interdiscursivo, presentificando fatos e discursos que se deram em outros contextos históricos e que produzem sentidos que vão além da literalidade do dizer (Cavalcanti; Azevedo, 2018, p. 239).

Noutros termos, a charge é um gênero que está intimamente relacionado com um dado contexto histórico, cultural e ideológico. Sua relevância e eficácia dependem da sua capacidade de capturar e comentar sobre questões emergentes na sociedade. Assim, a especificidade da charge reside não apenas em suas características formais, mas também na sua capacidade de evocar, na memória discursiva, sentidos produzidos em determinados períodos da história.

A charge é composta tanto por elementos verbais e visuais, e a combinação dessas formas languageiras contribui para a produção de sentidos. Ao abordar diversas temáticas relacionadas à vida social, a charge influencia a forma como os sujeitos constroem suas identidades. Os personagens caricatos e as interações discursivas presentes na charge revelam filiações ideológicas que podem ser remetidos a diferentes formações discursivas na história.

Sendo assim, a charge não é uma representação estática de algo no mundo, mas estabelece relações com o contexto histórico em que é produzida. Ela ressignifica discursos e eventos passados, trazendo-os para o presente e atribuindo-lhes novos sentidos (Orlandi, 2020).

A compreensão da charge vai além do que é imediatamente percebido pela leitura. Ela incorpora referências e discursos de outros contextos históricos, os quais são deslocados e reinterpretados. Isso resulta na produção de sentidos que transcendem a simples interpretação literal do texto ou da imagem. Discursivamente, podemos afirmar que a charge é uma forma de produção de sentidos na história onde a interação entre discurso e imagem influencia a construção de identidades e a produção de sentidos na história e vão além de sua superfície.

3.2 Autoria e texto

Concordamos com Orlandi (1992) quando afirma que o texto é uma peça de linguagem. Quando a autora se refere ao texto como uma "peça de linguagem", ela está não somente considerando o fato de que o texto é uma unidade de sentidos, como também dando ênfase a sua natureza complexa (sua espessura material). Neste sentido, um texto não é apenas uma sequência de palavras organizadas, mas também uma organização que está ancorada em uma determinada discursividade que produz sentidos na história. “Passando, pois, para a minha filiação teórica específica, eu diria que as palavras não significam em si. É o texto que significa” (Orlandi, 1992, p.111).

Segundo Orlandi (1992, p.114) quando a autora diz que “Não nos interessa, nessa perspectiva discursiva, a organização do texto. O que nos interessa é o que o texto organiza em sua discursividade, em relação à ordem da língua e a das coisas: a sua materialidade”. Portanto, o foco não está na organização formal do texto, como parágrafos ou estrutura narrativa, mas sim no que o texto organiza em termos de discurso e relação entre linguagem e realidade. Ao invés de examinar apenas a estrutura física do texto, como sua disposição em parágrafos ou capítulos, a análise discursiva se concentra na maneira como o texto constrói sentidos e relações de poder por meio da linguagem. Isso inclui a forma como as palavras são usadas, as escolhas linguísticas feitas pelo analista e as implicações ideológicas do texto.

A análise discursiva considera como o texto se organiza produzindo sentidos. Isso envolve examinar como as palavras e estruturas linguísticas são mobilizadas para descrever, interpretar e atribuir sentido a fenômenos sociais, políticos, culturais etc. Para Orlandi (1992, p. 114), “Quando dizemos que o texto é uma unidade significativa, estamos afirmando que a

ordem da língua está ali, enquanto sistema significante. Mas não apenas isso”. Enquanto a AD reconhece a importância da materialidade do texto, como a forma como é impresso ou apresentado visualmente, seu principal interesse está na materialidade do discurso, isto é, como a linguagem materializa e organiza conceitos, ideias e relações de poder. Ou seja, ao considerar o texto dentro de uma perspectiva discursiva, o foco não está na estrutura formal do texto em si, mas sim no que o texto realiza em termos de discurso e construção de sentidos, especialmente em relação à linguagem e à realidade.

Referimos mais acima que a história afeta a linguagem de sentidos. Desse encontro resulta o texto, logo textualidade que é história, que faz sentido. A AD procura trabalhar nesse lugar particular em que se encontram a ordem da língua e a ordem da história. A noção que resulta mais clara, na observação do encontro dessas ordens na análise da linguagem, é a noção de fato que, por sua vez, deriva de um deslocamento produzido sobre a noção de dado. O dado tem sua organização, o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico) (Orlandi, 1992, p.14).

O texto é concebido como o resultado do encontro entre a linguagem e a história. Isso significa que a forma como a linguagem é utilizada e os sentidos que são atribuídos a ela são influenciados pelo contexto histórico em que o texto é produzido. A textualidade, ou seja, as características e qualidades que tornam um texto "textual", são entendidas como uma manifestação da história, que, por sua vez, confere sentido ao texto. Isso sugere que o sentido de um texto é moldado pela história e pelas condições sociais, políticas e culturais em que é produzido.

Se o texto, a unidade de análise só pode sê-lo, porque representa uma contrapartida unidade teórica, vi o discurso definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso que interessa, não é organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: Linguístico-histórica (Orlandi, 2020, p. 67).

Na AD, o texto é compreendido não apenas como uma sequência organizada de elementos linguísticos, mas como uma construção simbólica que resulta da interação entre língua, história e sujeito. Quando se diz que o texto é "texto porque significa" (Orlandi, 2020, p. 67) entende-se que a sua existência enquanto unidade de análise se dá pelo efeito de sentidos que ele produz entre os locutores.

Nesse sentido, o texto se constitui como um espaço de articulação entre a língua e a história. Isso ocorre no "trabalho significante do sujeito" (Orlandi, 2020, p. 67), ou seja, na

maneira como os sujeitos mobilizam a língua, atravessados por suas condições sócio-históricas, para produzir sentidos no e sobre o mundo.

Como vimos acima, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental. Por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso, esclarecer as relações destes com as formações discursivas, pensando, por sua vez. As relações destas com a ideologia (Orlandi, 2020, p. 69).

Concordamos com Orlandi sobre a importância de compreender como os textos, ao se dispersarem e constituírem um discurso, estão intrinsecamente ligados às formações discursivas que os engendram. Na AD, as formações discursivas são entendidas como os conjuntos de condições históricas, sociais e ideológicas que determinam o que pode ser dito, por quem e em que circunstâncias. Analisa-se não apenas a relação entre textos e discursos, mas também como essas formações discursivas estão ligadas à ideologia.

3.3 Carlos Latuff: Chargista ou sujeito-autor de charges

Como retrata Orlandi, a Análise de Discurso se constitui como um campo de conhecimento a partir do qual é possível compreender o funcionamento dos discursos considerando três dimensões de "opacidade": a do sujeito, a da língua e a da história. Ao aplicar essa ideia à obra de Carlos Latuff, chargista conhecido por suas críticas sociais e políticas, podemos entender como sua autoria se manifesta, se estabelece.

Análise de discurso é a forma de conhecimento que realiza em seu objeto - o - discurso - a conjunção desses três modos de "opacidade": a do sujeito, a da língua e a da história. Pensando se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito na análise de discurso é posição entre outras subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para a sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva) (Orlandi, 2005, p.99).

Quando nos referimos à arte de Carlos Latuff não está em questão o indivíduo, mas a sua posição-sujeito no discurso, isto é, o que nos interessa é a posição autor-chargista ou, se quiser, sua posição-sujeito discursiva, tal como ensina Orlandi: "a autoria é uma função do sujeito" (Orlandi, 2020, p. 72). Sua subjetividade se projeta em suas charges, refletindo suas visões, posicionamentos políticos e críticas sociais. Cada charge representa não apenas uma expressão pessoal, mas uma projeção de sua posição no mundo social e político, transformando

suas percepções e experiências em discursos visualmente críticos. “O sujeito, diríamos, está para o discurso, assim como o autor está para o texto” (Orlandi, 2020, p. 71).

Sendo assim, na opacidade da Língua podemos discutir a linguagem das charges de Latuff em que não se limita ao texto verbal, mas incorpora a linguagem visual. Ele utiliza recursos como caricatura, simbolismo e metáforas visuais para manifestar suas formações discursivas.

Vejamos em outra situação a opacidade da História em que as charges de Latuff são situadas em contextos históricos e políticos específicos. Como autor, ele enuncia a partir de eventos atuais e históricos para contextualizar suas críticas, refletindo sua posição sujeito chargista em determinada formação discursiva e questionando narrativas dominantes e construções de poder. “elas procuram tomar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa” (Orlandi, 2020, p. 74).

Portanto, a análise discursiva da obra de Carlos Latuff permite não apenas entender suas charges como expressão individual, mas como posição-sujeito no discursivo, posição está situada em um contexto sócio-histórico e ideológico determinado. “o autor é o sujeito que, tendo domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel” (Orlandi, 2020, p. 74).

Carlos Latuff é um cartunista brasileiro, conhecido por seu trabalho que aborda questões sociais, políticas e humanitárias com uma abordagem crítica e engajada. Nascido em 30 de novembro de 1968, no Rio de Janeiro, Latuff desenvolveu sua paixão pelo desenho desde jovem e, ao longo dos anos, aprimorou suas habilidades como cartunista.

Sua carreira artística ganhou destaque principalmente a partir dos anos 2000, quando começou a criar charges e ilustrações que abordavam temas sensíveis e controversos, muitas vezes questionando ações de governos, corporações e instituições. Seu estilo de sentidos, democracia, bandeira brasileira, cores verdes e amarelas, brasão, traz consigo uma relação constitutiva de ressignificação dos sentidos, destacando seu reconhecimento como um cartunista respeitado no Brasil e internacionalmente. “a válvula de escape do humor funcionou como antídoto contra a censura vigente, bem como o desenho, como expressão plausível de fácil e imediata comunicação” (Luca; Martins, 2006, p. 26-27).

Latuff é amplamente reconhecido por sua postura política de esquerda e seu ativismo em questões sociais e de direitos humanos. Suas ilustrações frequentemente apoiam causas como a justiça social, os direitos dos palestinos, a luta contra o racismo, o feminismo, a liberdade de expressão e muitos outros temas progressistas. Do ponto de vista do discurso, ele

usa sua arte como uma ferramenta para conscientizar o público sobre questões sociais e históricas e desafiar o *status quo*, a interpretação hegemônica.

em um contexto de militância, o cartunista brasileiro Carlos Latuff produz diversas charges que são utilizadas em diferentes manifestações, tanto no Brasil como no exterior. Contando com uma carga crítica e uma característica de denúncia, seus desenhos são muito utilizados em temas como a defesa da causa Palestina, movimentos feministas e LGBTs, violência policial e conjuntura política de modo geral. Alguns de seus trabalhos são produzidos de forma autoral, expressando a sua opinião sobre o fato, porém, alguns trabalhos são produzidos a partir de solicitações de sindicatos, entidade sociais ou organizadores de eventos para transmitir, por meio da charge, os ideais daquela manifestação (Guimaraes; Miani, 2017, p. 2-3)

Além de suas contribuições na esfera política, Latuff também é um defensor da liberdade de expressão e da democratização da mídia. Seu trabalho frequentemente aparece em publicações independentes e online, tornando-o acessível a uma ampla audiência. Ele acredita que a arte pode ser uma poderosa forma de comunicação e mudança social.

Discursivamente, os sujeitos enunciam sempre a partir de uma posição no discurso e, enquanto autor chargista, com Latuff não é diferente. Ele utiliza sua arte como uma voz para questões sociais e políticas. Aucione Agostinho (2012) diz que a charge “não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, coibir e levar a reflexão” (*apud* MIANI, 2012, p.40). Seu trabalho apresenta uma forte inclinação progressista, revelando um compromisso com a justiça social e os direitos humanos, tornando-o uma figura proeminente no cenário artístico e ativista brasileiro e global.

Acrescente-se, Latuff, cujas atividades políticas desempenham um papel central em sua carreira artística, destaca-se por sua postura progressista e seu comprometimento com diversas causas sociais e políticas. Assim, suas causas políticas incluem, compromisso com a causa palestina: ele é um ardente defensor dos direitos dos palestinos. Seu trabalho frequentemente denuncia a ocupação israelense, os conflitos na região e as condições humanitárias adversas enfrentadas pelo povo palestino. Ele visita a Palestina regularmente, encontrando-se com ativistas e compartilhando suas experiências através de suas ilustrações, ampliando a conscientização global sobre essa questão. Suas críticas à política externa dos Estados Unidos. Suas charges frequentemente abordam temas como a Guerra ao Terror, a militarização global e o impacto dessas políticas na paz e na estabilidade internacional.

[...] expor uma idéia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arrazoados, princípios, programas ou ideologia (Cagnin, s/d *apud* Miani, 2012, p.40-41).

Sendo assim, o objetivo de Latuff é utilizar sua arte para questionar a influência e as ações dos EUA no cenário mundial. O cartunista demonstra solidariedade com uma variedade de movimentos sociais, incluindo os que lutam por justiça social, direitos dos trabalhadores, igualdade racial, direitos LGBTQ+ e outros temas progressistas. Suas ilustrações muitas vezes retratam manifestantes e ativistas em ação, destacando a importância da mobilização popular. Além disso, Latuff não hesita em criticar regimes autoritários e práticas opressoras em suas charges. Ele denuncia a censura, a violência policial e os ataques à liberdade de expressão, destacando a importância de preservar os direitos democráticos.

Afora de sua produção artística, Latuff participa ativamente de debates, conferências e eventos relacionados à arte e à política. Nessas ocasiões, ele explora como a arte pode ser uma ferramenta poderosa para promover mudanças sociais e políticas, ao mesmo tempo em que estimula discussões sobre questões cruciais. No cerne de suas atividades políticas está o compromisso de Latuff em usar sua arte como um meio de conscientização e mobilização. Suas ilustrações provocativas e sua postura engajada o tornaram uma figura influente tanto no ativismo político quanto na cena artística, desafiando continuamente as normas estabelecidas e promovendo uma reflexão crítica sobre questões globais e sociais.

3.4 Especificidades das Charges de Latuff

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as especificidades das charges produzidas pelo chargista brasileiro Carlos Latuff, com foco especial na técnica de humor empregada em suas obras. Latuff é reconhecido internacionalmente por seu estilo único e seu comprometimento com temas políticos e sociais. Neste estudo, investigaremos como sua técnica de humor, que abrange elementos como caricatura, ironia, sarcasmo e crítica social, contribui para a luta política.

Historicamente Carlos Latuff é conhecido por seu estilo gráfico distintivo, que se baseia em traços (traçados) simples e desenhos expressivos. Destacamos a forma como Latuff ressignifica o conceito de democracia e o uso recorrente dos símbolos nacionais em suas

charges, incluindo a bandeira, as cores verde, amarelo, azul e branco, e o brasão. Esses elementos são empregados de maneira estratégica para criar uma representação crítica e satírica da realidade política, conferindo novas camadas de significado e provocando uma reflexão mais profunda sobre o contexto social e político abordado.

Uma das técnicas-chave utilizadas por Latuff em suas charges é a caricatura. Ele emprega o exagero de características físicas e de personalidade de figuras políticas e sociais para enfatizar aspectos específicos que deseja criticar ou destacar. Investigaremos como a caricatura desempenha um papel central na técnica de humor de Latuff, permitindo o jogo dos e com os sentidos. Como ilustração segue a charge abaixo.

⁴Charge 8: Golpe



Fonte: (Latuff, 2016).

A ironia e o sarcasmo são elementos fundamentais do humor nas charges de Latuff. Ele usa essas técnicas para apontar contradições, hipocrisias e absurdos em eventos e comportamentos sociais e políticos. Este capítulo examinará como a mobilização desses elementos de humor contribui para a eficácia de suas charges como ferramentas de crítica e sátira.

⁴ Esta charge, intitulada “O golpe”, será analisada posteriormente no subitem 3.6 Representações da Presidenta Dilma Rousseff.

Sua técnica de humor única, que combina elementos como caricatura, ironia, sarcasmo e crítica política, torna suas charges não apenas visualmente atraentes, mas também veículos eficazes para a expressão de ideias e a conscientização sobre questões globais. Este estudo lança luz sobre a singularidade das charges de Latuff, destacando sua contribuição notável para o mundo da sátira política e social.

3.5 Representações do Golpe de 2016: sentidos em disputa

A Constituição Brasileira estabelece que um presidente só pode ser destituído por crime de responsabilidade, conforme previsto na Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950). Os críticos do impeachment de Dilma Rousseff argumentam que não houve a comprovação de que ela cometeu um crime que justificasse sua destituição. Eles alegam que as acusações contra ela se relacionam a questões fiscais e não configuram um crime de responsabilidade nos termos da lei.

Uma das principais acusações contra Dilma Rousseff foi o chamado "crime de pedalada fiscal", que envolvia atrasos no pagamento de subsídios a bancos públicos. Os críticos afirmam que essa prática era comum em governos anteriores e não constituía um crime de responsabilidade. Além disso, argumentam que outros presidentes não foram submetidos a processos de impeachment por práticas semelhantes.

Os críticos do impeachment alegam que o processo foi conduzido de forma politizada, com motivações políticas subjacentes. Argumentam que a oposição política ao governo de Dilma Rousseff usou o impeachment como uma ferramenta para remover uma presidente impopular, mas não necessariamente culpada de crimes graves.

Para esses críticos, o impeachment de Dilma Rousseff representou uma ameaça à democracia brasileira. Eles argumentam que o uso de um processo de impeachment questionável enfraqueceu as instituições democráticas e criou um precedente perigoso em que governos eleitos poderiam ser destituídos com base em acusações políticas.

Muitos críticos do impeachment também apontam para a contestação internacional em relação ao processo. Organizações internacionais, como a ONU e a OEA, expressaram preocupações com a legitimidade do processo de impeachment e a manutenção do devido processo legal.

É importante destacar que essa perspectiva não é unânime, e o impeachment de Dilma Rousseff continua sendo um tema controverso no Brasil. A questão da legitimidade do processo

é debatida tanto por seus críticos quanto por seus defensores, refletindo as profundas divisões políticas no país que se materializam, entre outros lugares, em objetos linguageiros como as charges. No entanto, a representação do impeachment como um "golpe político" é uma visão que permanece significativa em muitos segmentos da sociedade brasileira.

A base legal para o impeachment de Dilma Rousseff foi a acusação de que ela cometeu crime de responsabilidade fiscal. Especificamente, ela foi acusada de realizar manobras fiscais que alegadamente violavam a Lei Orçamentária, as chamadas "pedaladas fiscais" e a edição de decretos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional. Os apoiadores argumentam que essas ações configuram infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal e, portanto, justificaram o processo de impeachment.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff seguiu os trâmites legais e foi aprovado pelo Congresso Nacional. Os apoiadores destacam que o processo foi conduzido de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Constituição Brasileira e pela Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950). Eles afirmam que o Congresso, como representante eleito do povo, tinha autoridade para tomar essa decisão.

Argumenta-se que o impeachment de Dilma Rousseff ocorreu em um contexto de crescente insatisfação pública com seu governo, devido a fatores como a crise econômica, altos índices de desemprego e escândalos de corrupção. Os apoiadores alegam que a destituição foi uma resposta legítima aos problemas enfrentados pelo país.

Os apoiadores destacam que a presidente foi acusada de violar a Lei Orçamentária ao atrasar o repasse de recursos a bancos públicos para pagamento de programas sociais. Eles argumentam que essa prática criou uma falsa imagem de saúde financeira do governo, o que justificou o impeachment com base em irregularidades fiscais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu um parecer que apontava irregularidades nas contas do governo de Dilma Rousseff. Para os apoiadores do impeachment, essa decisão fortalece o argumento de que a presidente havia cometido infrações fiscais.

Os apoiadores do impeachment veem a destituição de Dilma Rousseff como um ato democrático, argumentando que o Congresso, como representante eleito do povo, tomou a decisão com base em fundamentos legais. Eles alegam que a saída de Dilma Rousseff foi uma resposta legítima às demandas da sociedade.

3.6 Representações da Presidenta Dilma Rousseff

Neste tópico, nosso objetivo foi trazer para a consideração a análise de quinze charges de autoria do cartunista Carlos Latuff, produzidas entre os anos de 2015 e 2016. Como já sinalizado, o objetivo consistiu em compreender o funcionamento discursivo das charges do referido cartunista, focando o nosso olhar nos modos de representação imaginária da destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff e seus efeitos de sentido.

A partir de sites da mídia alternativa, como o da TV 247 – TV online na qual Latuff atua como chargista e jornalista, bem como de sua conta no Twitter –, recortamos as charges que compreendem o período em que o golpe de Estado de 2016 se deu. Foram analisadas um total de 15 charges. Delas levantamos as regularidades que as constituem a fim de compreendermos o funcionamento discursivo.

As charges de Latuff, caracterizadas por seu teor político e crítico, trazem à tona uma série de elementos que se estruturam tanto no discurso verbal quanto no visual, o que nos permite refletir sobre como essas diferentes formas materiais atuam na constituição dos sentidos.

Orlandi em "Efeitos do verbal sobre o não-verbal" (2005) traz à baila uma discussão sobre o imbricamento entre o verbal e o visual nas análises discursivas, especialmente no contexto das charges de Carlos Latuff, reforçamos a complexidade das interações entre diferentes materialidades significantes. Ela argumenta que o verbal e o não-verbal não funcionam de maneira estanque, mas sim em um constante processo de interdependência e ressignificação. Segundo Orlandi, “a relação entre o verbal e o não-verbal constitui-se na medida em que o verbal traz um efeito sobre o não-verbal e vice-versa” (Orlandi, 2005, p. 35).

Essa afirmação conecta-se diretamente ao ponto central das charges de Latuff, nas quais o visual, por meio de caricaturas e representações gráficas, afeta diretamente a interpretação do conteúdo verbal, e o verbal, por sua vez, ressignifica o visual, criando uma cadeia de significação que não pode ser compreendida isoladamente. Como exemplificado anteriormente, uma charge que denuncia a violência policial pode utilizar tanto a expressão grotesca do rosto de um policial quanto um enunciado verbal irônico para amplificar sua crítica. Esse efeito mútuo entre as materialidades é o que, segundo Orlandi, permite que se criem camadas de sentido.

A relação de poder envolvida na interação entre o verbal e o não-verbal, “é no jogo entre o dito e o mostrado que se produzem os efeitos de sentido, efeitos que podem tanto reforçar quanto desestabilizar uma determinada visão de mundo” (Orlandi, 2005, p. 42). Nas charges de Latuff, esse jogo é fundamental, pois o visual muitas vezes atua para subverter o discurso hegemônico, utilizando uma linguagem visual que desafia interpretações tradicionais e expõe contradições sociais e políticas.

Dessa forma, o texto de Orlandi (2005) reforça a ideia já presente em Suzy Lagazzi (2009) sobre a incompletude e a contradição como constitutivas das interações entre materialidades significantes. O que Lagazzi (2009, p. 68) denomina “imbricação material pela incompletude constitutiva da linguagem”, Orlandi detalha como um processo dinâmico onde o verbal e o não-verbal se afetam e se transformam mutuamente. Em “O recorte significativo na memória”, Lagazzi (ano) observa como o verbal e o visual criam uma narrativa inconclusa e fragmentada, enquanto nas charges de Latuff, essa relação se manifesta por meio da ironia e da crítica política.

Ao articular as reflexões tecidas por Orlandi (2005) e Lagazzi (2009), podemos entender melhor como o verbal e o visual, nas análises discursivas, não apenas coexistem, mas se afetam de maneira complexa e contraditória, produzindo efeitos de sentido. No caso das charges de Latuff, esse processo se torna evidente na maneira como o humor, a crítica e a política emergem da tensão entre o que é dito e o que é mostrado. Assim, a análise discursiva das charges revela uma multiplicidade de significados que só pode ser compreendida ao se considerar a materialidade e a interação entre o verbal e o visual.

Observemos a charge 1 que segue:

Charge 1: Nascimento e morte da Democracia



Fonte: (Latuff, 2016)

A charge 1 acima, é também metafórica, simbolizando o funeral da democracia, que é personificada como se fosse uma pessoa morta. As cores da bandeira nacional estabelecem uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil, sendo está uma regularidade nas charges de Latuff, isto é, ressignifica a rede de sentidos da democracia no estado nacional com os símbolos, o brasão e as cores do Brasil. O caixão representado de forma quadrada, as folhas amarelas, a democracia de forma circular, todos esses elementos fazem alusão aos símbolos nacionais, bem como à bandeira nacional. Vale dizer que a data de 15 de março de 1985 se refere ao início da chamada Nova República, que sucedeu a Ditadura Militar (1964-1985), enquanto 12 de maio de 2016 diz respeito à data na qual o Senado abriu o processo de impeachment, afastando Dilma Rousseff do cargo de presidenta da República do Brasil, isto é, na interpretação do cartunista, a Nova República teria "morrido" com o golpe de 2016.

Além de simbolizar o funeral da democracia brasileira, a charge destaca um momento específico de crise política que sugere a morte simbólica dos princípios democráticos estabelecidos após o fim da Ditadura Militar, em 1985. Essa representação visual intensificada pelo uso da metáfora de um caixão, que provoca um impacto direto no espectador, forçando-o a confrontar a gravidade dos acontecimentos recentes no cenário político do Brasil.

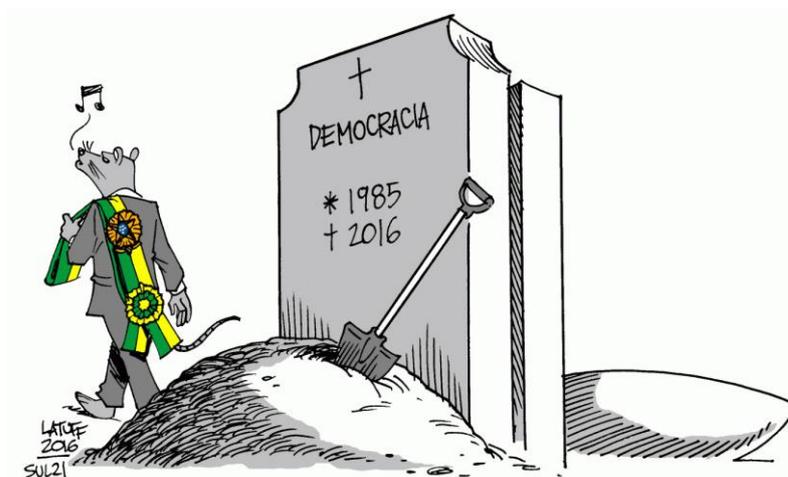
Latuff utiliza também a intertextualidade, onde os símbolos nacionais como a bandeira, o brasão e as cores do Brasil são ressignificados para criticar o estado atual da democracia. Ao

associar esses símbolos a um caixão e à data que marca o início da Nova República, o chargista sugere que os eventos de 2016, o golpe sofrido por Dilma Rousseff, representam uma ruptura com os valores democráticos estabelecidos após o regime militar. Essa narrativa visual subverte a interpretação dos símbolos nacionais, utilizando-os para expressar uma visão crítica e pessimista sobre o futuro político do país.

Portanto, do ponto de vista da luta política, a charge funciona como um ato de protesto: utiliza-se a arte como meio de contestação política. Latuff não apenas documenta uma perspectiva histórica, mas engaja o público em um debate mais amplo sobre a legitimidade dos processos políticos no Brasil. Através de suas charges, o sujeito-autor-chargista questiona a solidez dos princípios democráticos e chama atenção para a necessidade de vigilância e crítica constante, especialmente em tempos de crise política.

Essa mesma interpretação, ou seja, esse mesmo movimento de sentidos pode ser vislumbrado na charge 2, a seguir:

Charge 2: O enterro da Democracia e a vitória dos ratos



Fonte: (Latuff, 2016)

Tanto o golpe, representado pela figura de um rato, quanto a democracia, uma pessoa morta enterrada, mais uma vez compareceu personificados. As cores da bandeira nacional estabelecem uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil. A personificação, uma das regularidades do trabalho de Latuff, é um recurso estético que permite a crítica do cartunista ao acontecimento de 2016, que depôs Dilma Rousseff. Note-se que o rato sai vitorioso, cantarolando, com a faixa presidencial no ombro.

É possível notar ainda que o cartunista condensa as duas imagens, o **prédio** do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, onde o golpe se consumou, e a de uma **lápide**, onde a democracia foi enterrada. Trata-se, portanto, de condensação de sentidos no plano imagético que se faz pela via da tradução intersemiótica, como é possível vislumbrar, mais uma vez, na charge 3, que segue.

Além disso, a charge condensa de maneira visual e simbólica o golpe e morte da democracia ao combinar a imagem do Palácio do Congresso Nacional, local de decisão política, com a de uma lápide funerária, tradicional símbolo de morte. Essa fusão de imagens, por meio da tradução intersemiótica, transforma o espaço institucional do Congresso em um espaço de sepultamento, reforçando a crítica de que a democracia brasileira foi "enterrada" naquele local. Latuff utiliza essa técnica de condensação de sentidos para intensificar que o processo de impeachment não foi apenas uma troca de poder, mas uma violação dos princípios democráticos que deveria sustentar a república.

Charge 3: Temer puxa o tapete de Dilma



Fonte: (Latuff, 2016)

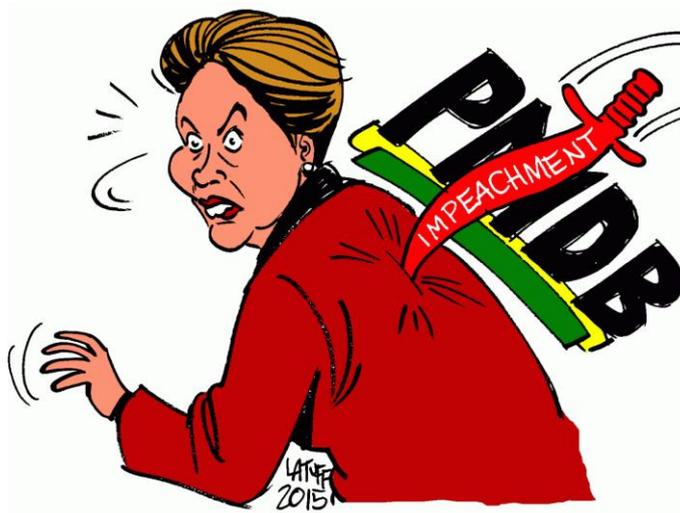
A charge acima faz referência explícita à conhecida expressão linguística brasileira "puxar o tapete", que é figurada, metafórica. Na charge, como se trata de uma expressão visual, mesmo que o interlocutor não saiba português, mas conheça o contexto, é capaz de compreender o jogo de sentido aí implicado. No caso em questão, a charge, ao modo de uma narrativa, denuncia a traição do vice-presidente Temer, representado, na charge, puxando o tapete da presidenta Dilma. Diríamos que a ideia de "puxar o tapete", tal como aparece no plano visual,

é um tipo de tradução intersemiótica, recurso estético visual bastante utilizado por Carlos Latuff em seus trabalhos.

A escolha de representar a traição de Michel Temer contra Dilma Rousseff através da ação de "puxar o tapete" não só torna o conceito de traição imediatamente compreensível, mas também adiciona uma camada de crítica ao evento político retratado. Ao literalizar a metáfora, Latuff não apenas informa o público sobre os acontecimentos políticos, mas também convida a uma reflexão sobre a natureza das ações de Temer e suas implicações para a democracia brasileira. O uso dessa expressão figurada visualmente intensifica a acusação de deslealdade e oportunismo político, ressaltando a percepção de golpe e injustiça.

Além disso, a tradução intersemiótica realizada por Latuff ao converter uma expressão verbal em uma imagem gráfica (visual) serve para ampliar o alcance da crítica política, facilitando a compreensão de seu significado por um público mais amplo. Mesmo aqueles que não estão familiarizados com o contexto político específico ou com a língua portuguesa podem captar o sentido de traição e desestabilização implícito na imagem, devido à universalidade do gesto de "puxar o tapete".

Charge 4: Enfiando a faca pelas costas de Dilma



Fonte: (Latuff, 2016)

A charge 4 carrega as cores da bandeira nacional e estabelece uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil. Trata-se de mais uma charge usando expressão figurada, "enfiar a faca pelas costas", sendo que a "faca" em questão é o processo de

impeachment (escrito na lâmina da faca vermelha), atrás da qual o cartunista pôs a sigla PMDB. A propósito, o processo foi conduzido por parlamentares do PMDB e pelo próprio vice-presidente, o peemedebista Michel Temer.

Salienta-se que, nas charges 3 e 4, as expressões "puxar o tapete" e "enfiar a faca pelas costas", respectivamente, significam traição da qual Dilma foi vítima, ou seja, tais expressões retomam, na memória discursiva, acontecimentos e pessoas a eles relacionadas.

Vale dizer que essa interpretação está vinculada à formação discursiva a partir da qual Latuff enuncia como sujeito de linguagem, formação esta que reconhece o golpe de Estado de 2016, isto é, não o nega, ao contrário, afirma-o. A utilização de expressões como "enfiar a faca pelas costas" não apenas comunica a ideia de traição, mas também adiciona uma camada de violência simbólica ao ato político representado.

A faca vermelha, com a inscrição "impeachment", sugere que o processo foi um golpe doloroso e intencional contra Dilma Rousseff, realizado pelas mãos daqueles que deveriam estar ao seu lado, como é implicado pela presença da sigla PMDB. A escolha da cor vermelha para a faca pode também ser interpretada como uma alusão ao sangue, enfatizando a gravidade e a violência do ato, além de remeter ao vermelho associado historicamente à esquerda e à luta de classes, o que adiciona uma dimensão de conflito ideológico à charge.

Além disso, o uso reiterado de cores da bandeira nacional nas charges de Latuff funciona como um recurso visual que reforça a conexão do tema da charge com a identidade e a soberania brasileiras. Ao empregar essas cores, Latuff cria uma imediata associação com o Brasil, situando os eventos representados no contexto nacional e sugerindo que essas ações têm implicações profundas para a democracia e a política do país.

Além do mais, a charge utiliza o contraste entre a estabilidade da mesa de Dilma Rousseff e o ato de serrar o chão para enfatizar a natureza subversiva da sabotagem de Temer. A imagem sugere que, enquanto Dilma tentava governar de maneira legítima, forças internas, simbolizadas por Temer, estavam ativamente minando a estabilidade de seu governo. Essa representação visual reforça a ideia de que o golpe foi uma traição interna, realizada por aqueles que estavam mais próximos ao poder e que deveriam apoiar a presidenta em vez de trabalhar contra ela. Vale dizer que fica apagado na charge o fato de que também o golpe de Estado foi também desenhado e articulado, como vimos afirmando, por forças imperialistas internacionais.

Ao retratar Michel Temer como um personagem de desenho animado sorridente, que trai a confiança de Dilma de maneira quase alegre, Latuff não apenas denuncia as ações de Temer, mas também questiona a moralidade e a legitimidade de seu comportamento, convidando o público a refletir sobre o impacto dessas ações na democracia brasileira.

Charge 5: Temer com seu serrote



Fonte: (Latuff, 2016)

Esta é uma charge visual e, de novo, metafórica, se referindo à sabotagem de Michel Temer e golpistas. Na materialidade visual, Temer, com um sorriso estampado no rosto, aparece serrando o piso debaixo da mesa da presidenta Dilma, numa imagem que alude a desenhos animados. Mais uma vez, Temer é retratado como alguém não confiável, que age de modo a prejudicar o governo Dilma.

A representação de Michel Temer serrando o piso debaixo da mesa de Dilma Rousseff, com um sorriso no rosto, faz alusão a um comportamento astuto e traiçoeiro. Essa representação recorre a elementos comuns de desenhos animados, onde personagens muitas vezes são vistos realizando ações desonestas ou malévolas de maneira caricatural e exagerada. Ao adotar esse estilo, Latuff não apenas torna sua crítica mais acessível e visualmente impactante, mas também utiliza o humor para sublinhar a natureza sorrateira do ato, implicando que a traição de Temer foi não só premeditada, mas também realizada com uma certa dose de cinismo e satisfação pessoal.

Charge 6: A faixa presidencial



Fonte: (Latuff, 2016)

Esta é mais uma imagem metafórica. Aqui, o *impeachment* é simbolizado pela figura de um rato que disputa o poder com Dilma, poder esse representado metonimicamente pela faixa presidencial, e de fundo trazendo a bandeira como símbolo nacional, trazendo as cores que falam e significam o tempo todo. Observe-se que não se trata de um rato qualquer, mas o *rato do impeachment* que traveste gravata porque simboliza os deputados golpistas que comandaram o processo. Mobiliza-se uma memória, qual seja: terno e gravata são historicamente o traje político oficial.

Resta dizer que a metáfora do rato dá o tom e o caráter dos políticos, garantindo a crítica àqueles que apoiaram o aludido golpe: ratos > avarentos > asquerosos > inescrupulosos > golpistas. Isto é, a figura do rato faz evocar, na memória, sentidos como: avaro, asquerosidade, inescrupulosidade, golpismo, portanto.

A escolha de um rato como símbolo do impeachment não é arbitrária; ela carrega uma forte carga semântica que intensifica a crítica aos políticos envolvidos no processo. Na cultura popular, ratos são frequentemente associados a comportamentos traiçoeiros e corruptos, sugerindo furtividade, avareza e falta de ética. Ao representar os deputados golpistas como ratos, Latuff utiliza um recurso visual poderoso para enfatizar a percepção de que o impeachment foi um ato sujo e traiçoeiro, caracterizado por motivações obscuras e interesses egoístas.

Além disso, o rato usando gravata reforça a ideia de que a traição e o golpe foram conduzidos por indivíduos que, apesar de usarem o traje tradicional da política, agiram de

maneira desonesta. A gravata, normalmente símbolo de profissionalismo e legitimidade, aqui é subvertida para indicar hipocrisia e fachada, sugerindo que os políticos que apoiaram o impeachment esconderam suas intenções verdadeiras atrás de uma aparência de formalidade e decoro. Essa dualidade visual não só critica a ilegitimidade dos atos, mas também questiona a moralidade daqueles que estavam por trás do processo, sugerindo que suas ações foram disfarçadas de legalidade, mas motivadas por interesses pessoais e antiéticos.

A presença da bandeira nacional ao fundo e o uso das cores da bandeira também desempenham um papel significativo na narrativa visual. Elas não apenas situam o evento no contexto brasileiro, mas também são usadas ironicamente para criticar a apropriação dos símbolos nacionais pelos golpistas. Ao contrastar a nobreza dos símbolos nacionais com a figura desprezível do rato, Latuff denuncia o que ele vê como uma traição aos valores democráticos e à própria nação. As cores da bandeira, que geralmente representam unidade e patriotismo, são descontextualizadas para destacar a dissonância entre os ideais nacionais e as ações dos políticos golpistas.

Charge 7: Impeachment: a ave de rapina



Fonte: (Latuff, 2016)

Nesta charge, o impeachment compareceu metaforicamente como uma ave de rapina com bico curvo e garras que estão prestes a agarrar a faixa da presidenta, símbolo (metonímia) do poder. As linhas ao redor da faixa reforçam que ela é o alvo e as cores da bandeira nacional estabelecem uma conexão imediatamente visual e simbólica com o país que está em questão.

A ave, formada pela palavra “impeachment”, é carnívora que, como tal, mata e se alimenta de suas presas. Representada com traços negativos, um ato impiedoso, predatório inevitável ao sentido que ela representa de tomar ou roubar o poder.

Historicamente, se a ave de rapina tem sido significada como um símbolo do golpe, ela também remete à Operação Condor. A título de esclarecimento, esta operação foi uma campanha de repressão política e terror de Estado alavancadas pela ditadura de direita do Cone Sul, com o apoio do imperialismo norte-americano⁵.

O condor é uma ave de rapina que foi usada como símbolo dessa operação criada pelo imperialismo nos anos 70 para impedir a reação das forças anti ditadura, incluindo o Jango. Acrescente-se, também evoca a águia, ave de rapina símbolo dos EUA e presente no brasão daquele país, que também esteve por trás do golpe de 2016. Discursivamente, todos esses sentidos integram a memória que tece a charge em questão.

Importa dizer que essa é uma representação sombria, negativa, do impeachment, pois é como o autor (cartunista) o significa, isto é, a partir da formação discursiva contrária ao golpe com a qual ele se identifica ideologicamente. Em uma outra formação discursiva pró-impeachment, os sentidos certamente seriam outros.

⁵ Vale dizer que esta operação envolveu operações de inteligência e assassinato de opositores políticos exilados em outros países. Foi formalmente implementada em novembro de 1975 a pedido do ditador chileno Pinochet.

Charge 8: Golpe



Fonte: (Latuff, 2016)

Na charge 8, as cores da bandeira nacional estabelecem uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil, a faixa presidencial é símbolo do cargo que o vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, conquistou com um golpe, não por direito. Observe-se que o golpe é simbolizado pelo murro que ele deu na faixa, deixando-a de olho roxo. Mais uma vez o cartunista mobiliza o recurso da personificação via plano verbo-visual, uma das figuras que, como já sinalizamos, ele mais usa em todo o seu trabalho. Inclusive Temer fala com a faixa, ordenando que ela cale a boca: “Calaboca, que você agora é minha!”.

É interessante observar que, diferentemente das charges anteriores, nesta Latuff nomeia explicitamente a derrubada de Dilma como GOLPE, tal como é possível ler na luva de box, à direita da charge. O jogo de sentidos, garantido pelo recurso da condensação, se dá entre um golpe (porrada) e o golpe de Estado, engendrado em 2016, por políticos da direita e extrema direita, setores da burguesia brasileira, tendo como apoio e interferência agentes externos, fundamentalmente o imperialismo norte-americano como já afirmamos.

Silva (2021, p. 38) explica que:

Esse golpe, que provocou o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, tem revelado suas ramificações com **os interesses econômicos do imperialismo norte-americano**, particularmente, originado em 2008, com a crise financeira mundial que resultou na reestruturação capitalista e na reconfiguração da geopolítica mundial. Assim, ficou clara a interferência de **agentes externos ligados ao grande capital internacional** com interesses no pré-sal e na expropriação da mão de obra. O cenário interno foi permeado pela disputa da burguesia nacional, o chamado empresariado rentista e da elite brasileira pelo Estado, envolvendo, diretamente, agentes do capital internacional (os grifos são nossos).

Vale destacar que, na época em que ocorreu o impeachment da então presidenta Dilma em 2016, os termos "traição", "golpe", "corruptos", "morte" ou "assassinos da democracia" foram mobilizados por diferentes interlocutores políticos da formação social brasileira, mas com diferentes sentidos. Discursivamente, eles foram disputados ideologicamente em vários setores da sociedade brasileira como, por exemplo, da mídia corporativa e alternativa, e não somente do cenário político.

Na charge 9, a seguir, a leoa metaforiza a presidenta Dilma se defendendo dos senadores ratos que a julgaram.

Charge 9: Dilma no dia em que foi destituída



Fonte: (Latuff, 2016)

O que nos permitiu reconhecê-la foi o vestido que a presidenta usou na ocasião, além da posição e local em que ela é retratada: em seu posto (cadeira) no Congresso Nacional, em

Brasília, tal como o recorte abaixo nos permite ver. Destacamos a forma como Latuff ressignifica o conceito de democracia e o uso recorrente dos símbolos nacionais em suas charges, incluindo a bandeira, as cores verde, amarelo, azul e branco, e o brasão.

Recorte 1: Dilma Rousseff no dia do impeachment



Fonte: (Victorino, 2021)

É interessante observar que, na charge, Dilma é retratada a partir de um ângulo denominado “ângulo alto” ou “plongée”⁶: a câmara focaliza a pessoa ou o objeto de cima para baixo, produzindo como efeito de sentido a exaltação da presidenta, enquanto os deputados são diminuídos (desqualificados) pela figura dos ratos, focalizados na parte inferior da charge. Note-se que ambas as imagens, da presidenta Dilma e dos deputados, são personificadas.

A respeito da charge 10, abaixo, a figura de *Jesus Cristo* desliza metaforicamente para significar a *democracia* que foi sacrificada, consumada. À esquerda da charge, lê-se o enunciado dito por Jesus: *Consummatum est*.

⁶ Esse é um ângulo utilizado por quadrinistas e cineastas para produzir sentidos.

Charge 10: *Consummatum est...*



Fonte: (Latuff, 2016).

Na charge 10, as cores da bandeira nacional significando e ressignificando estabelecem uma conexão visual e simbólica com o país em questão. Note-se que a palavra democracia em caixa alta está escrita na capa da Constituição do Brasil, imagem que é fundida com a de Jesus Cristo. Como efeito de sentido temos que a “democracia” desliza metaforicamente para “sacrifício” a partir de um julgamento injusto feito pelo Congresso Nacional⁷. A "cruz" são os prédios do Congresso onde se deu a crucificação, sacrifício da democracia/Constituição. A memória filiada ao discurso cristão irrompe no plano da formulação produzindo sentidos.

A fusão da imagem da Constituição brasileira com a de Jesus Cristo na charge é uma escolha simbólica poderosa que carrega múltiplos sentidos. Ao associar a Constituição, que representa a base legal e os direitos democráticos do país, com a figura de Cristo, Latuff está criando uma analogia entre o sacrifício de Jesus e o que ele percebe como um "sacrifício" da democracia brasileira. Essa analogia sugere que, assim como Jesus foi injustamente condenado

⁷ Vale dizer que, do ponto de vista da execução, tal julgamento foi feito pelo Congresso Nacional, porém há mais autores que contribuíram para tal acontecimento: a burguesia nacional (incluindo a mídia burguesa capitalista), as forças armadas e a burguesia internacional, fundamentalmente o imperialismo norte-americano.

e crucificado, a democracia no Brasil foi injustamente "sacrificada" pelo processo de impeachment.

Esse efeito é intensificado pela escolha de usar a palavra "DEMOCRACIA" em caixa alta na capa da Constituição. Ao fazer isso, Latuff destaca a importância da democracia como um valor fundamental que, segundo sua perspectiva, foi traído. O uso de caixa alta também sugere uma declaração enfática e inquestionável sobre a legitimidade e a importância da democracia, que foi "crucificada" pelas ações do Congresso Nacional.

A representação dos prédios do Congresso Nacional como uma cruz é uma crítica direta ao papel dessa instituição no impeachment. Ao retratar o Congresso como o instrumento de crucificação, Latuff está sugerindo que os legisladores traíram os princípios democráticos que deveriam proteger. Essa representação visual serve para enfatizar a ideia de que o impeachment foi um ato de traição e injustiça, um "julgamento" que condenou a democracia de forma ilegítima e imoral.

A memória discursiva cristã irrompe nessa representação, evocando o sacrifício de Cristo como um símbolo de pureza e martírio. Ao fundir essa imagem com a da Constituição, Latuff está sugerindo que a democracia foi "martirizada" de maneira similar, sacrificada por um "pecado" político. Isso também pode ser visto como uma crítica ao uso de moralidade e retórica religiosa por parte de alguns políticos para justificar o impeachment, destacando uma contradição entre os princípios éticos proclamados e as ações realizadas.

O uso das cores da bandeira nacional na charge serve para situar essa crítica no contexto brasileiro, reiterando a conexão entre o evento e a identidade nacional. As cores, tradicionalmente associadas ao patriotismo e ao orgulho nacional, são aqui ressignificadas para questionar o que significa ser patriótico. Latuff sugere que, em vez de defender os valores da nação, o Congresso traiu a democracia e, portanto, o próprio país.

Charge 11: A imprensa e o impeachment



Fonte: (Latuff, 2016).

Na charge 11 acima, aparecem alguns dos recursos mais comuns nas charges de Carlos Latuff: as cores da bandeira nacional para identificar a realidade do país representando, a representação satírica e a personificação. Nela, a sátira está nos ratos de terno representando simbolicamente os políticos corruptos, a sujeira, a decadência e traição dos políticos que votaram pelo impeachment. A escolha dos ratos critica os políticos inescrupulosos, sendo metaforicamente representado por ratos que intensifica a ver estes políticos como sendo traidores do povo, reforçando a ideia de que o impeachment foi um golpe e não um processo legítimo. O planeta Terra é representado com expressões e corpos humanos, personificando a imprensa mundial. Na charge, ele comparece como operador de câmera que leva uma das mãos ao rosto sinalizando vergonha alheia desse fato. Porém, de nossa parte, é possível questionar se a imprensa corporativa burguesa, nacional e internacional, ficou tão consternada com o golpe de 2016 como aparece na interpretação de Carlos Latuff. No Brasil, o golpe ganhou forças principalmente por conta do trabalho cotidiano da mídia burguesa corporativa contra o Governo Dilma. Vários minutos diários de trabalho incansável do aparelho midiático burguês contra a ex-presidenta. Diríamos que ela foi uma das frentes poderosas desse golpe de Estado.

A charge utiliza elementos visuais e simbólicos comuns no trabalho de Latuff para construir uma crítica contundente sobre o impeachment de Dilma Rousseff. As cores da

bandeira nacional, como em outras charges, situam a cena no contexto brasileiro, reafirmando a conexão com a identidade nacional e a importância dos eventos retratados para o país. A escolha de ratos de terno como símbolo dos políticos corruptos é uma representação eficaz da decadência e da traição percebida no processo de impeachment.

A representação da imprensa mundial como um operador de câmera com expressões e corpos humanos, sinalizando vergonha, acrescenta uma dimensão internacional ao debate. Latuff sugere que a imprensa global está observando e reconhecendo a injustiça do impeachment, um gesto que pode ser interpretado como uma crítica à cobertura midiática do evento. No entanto, essa representação pode ser questionada, especialmente quando se considera o papel desempenhado pela mídia corporativa, tanto nacional quanto internacional, na promoção do impeachment e na construção de narrativas desfavoráveis ao governo de Dilma Rousseff.

Latuff, ao personificar o planeta Terra como um operador de câmera envergonhado, pode estar destacando a hipocrisia percebida na cobertura midiática e sugerindo que a imprensa global, apesar de sua aparência de imparcialidade, também desempenhou um papel na construção e na validação do golpe. A charge pode, assim, desafiar o espectador a refletir sobre a real postura da mídia diante dos eventos e questionar a autenticidade das críticas e das reações da imprensa.

Charge 12: Lobo em pele de cordeiro



Fonte: (Latuff, 2016)

A charge 12 mobiliza a expressão linguística alegórica “lobo em pele de cordeiro” para significar os deputados golpistas, que justificaram o impeachment a partir da referência ao discurso cristão⁸, a charge critica como a religião foi instrumentalizada para justificar o golpe em nome de Deus e seus valores cristãos. A personificação (deputado > cordeiro > lobo) significa os deputados como verdadeiros lobos vorazes e traiçoeiros que se passam por verdadeiros filhotinhos de cordeiro⁹. Disfarçado de inofensivo, mas cujas intenções reais são malignas e predatórias. As charges de Latuff tem como identificação as cores ou a bandeira nacional estabelecendo uma conexão visual e simbólica com a nação brasileira. Isso faz com que seja possível rapidamente a identificação do contexto político e social a qual a charge se refere, situando a crítica dentro de um cenário nacional específico.

Ao associar o lobo com a pele de cordeiro a um discurso moral e religioso, Latuff denuncia a manipulação e a desonestidade dos políticos que tentaram legitimar o golpe ao apelar para a moralidade cristã. As barras ao fundo indicam confinamento ou prisão, reforçando a ideia de engano e manipulação. Essa alegoria sugere que, por trás da retórica religiosa e dos argumentos morais, estavam interesses egoístas e corruptos que visavam unicamente o poder.

Charge 13: Os golpes de Estado de 1964 e 2016



Fonte: Latuff, 2016.

⁸ Trata-se de uma expressão antiga (alegoria) que o chargista retoma num novo contexto: o do golpe de Estado.

⁹ Na ordem do discurso bíblico, há uma referência direta às figuras do lobo e do cordeiro em Mateus (7:15): “Cuidado com os falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores”; trata-se da parábola de Jesus proferida no Novo Testamento.

Na charge 13 há dois livros de leis sendo pisoteados, sendo um deles com as cores da bandeira nacional estabelecendo uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil. Nesta charge há referência aos dois golpes de Estado ocorridos no Brasil: o primeiro em 1964 e, o segundo, em 2016. A charge insinua que, enquanto em 1964 o golpe foi dado pelos militares, por seu turno, em 2016, o golpe foi orquestrado pelo aparato jurídico brasileiro. Observe-se que tanto à esquerda (um militar portando um revólver), quanto à esquerda, um malhete (conhecido como martelo de madeira utilizado pelos juízes), vemos somente a parte inferior dos autores do golpe, que estão funcionando metonimicamente para significar o aparelho militar, de um lado, e o jurídico (STF), de outro.

Embora seja um traçado interessante, é importante considerar que no golpe de 2016, o STF e os militares não foram os únicos a darem suporte e, pior ainda, a planejar o golpe todo. O golpe foi planejado por forças com interesses comuns - o imperialismo norte-americano e o grande capital nacional (setores da burguesia) – apoiadas direta ou indiretamente pelos setores do Estado que as servem: cúpula militar e judiciária (referimo-nos ao STF), políticos de direita do Congresso e mídia de direita, que também representa diretamente o grande capital que é seu proprietário.

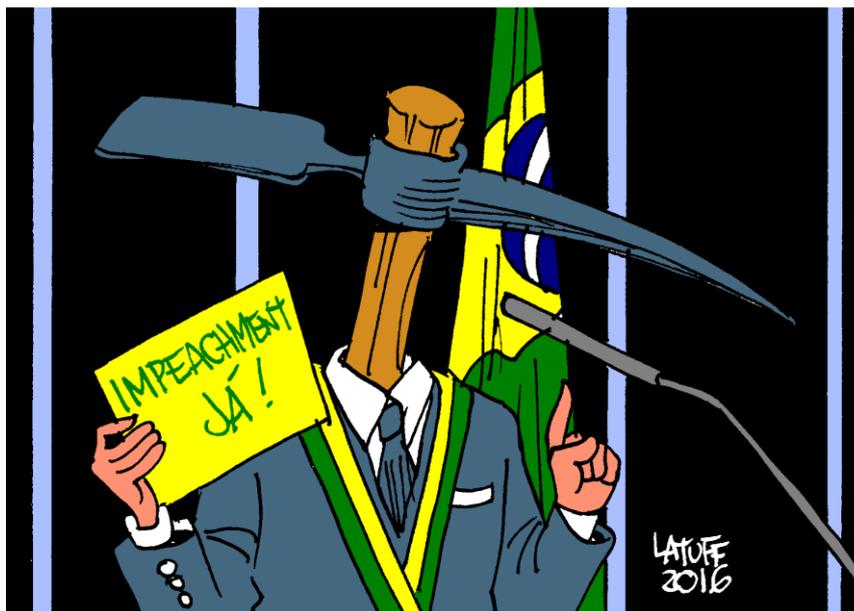
Carlos Latuff emprega uma rica simbologia visual para criticar e fazer um paralelo entre os dois golpes de Estado ocorridos no Brasil: o de 1964 e o de 2016. A charge utiliza a imagem de livros de leis sendo pisoteados para representar a violação das normas legais e constitucionais pelos autores dos golpes. O fato de um dos livros estar decorado com as cores da bandeira nacional intensifica a conexão com o contexto brasileiro, reforçando a crítica à forma como as instituições e valores nacionais foram violados.

A representação de um militar portando um revólver e um malhete (martelo de juiz) como metonímias dos aparelhos militar e jurídico, respectivamente, serve para sinalizar que o golpe de 1964 foi conduzido pelos militares, enquanto o golpe de 2016 foi orquestrado pelo aparato jurídico, simbolizado pelo malhete. Esta representação metonímica sugere que, apesar das diferentes formas de execução, os mecanismos de poder que realizaram os golpes têm um impacto igualmente destrutivo sobre a ordem constitucional e legal.

No entanto, a charge simplifica a narrativa ao focar apenas em duas facções — o aparato militar e o jurídico — que, segundo a visão de Latuff, seriam responsáveis pelos golpes. Esse enfoque pode ser visto como uma crítica à atuação direta desses setores, mas não abrange completamente a complexidade dos interesses e atores envolvidos no golpe de 2016.

Ao destacar a presença dos livros de leis sendo pisoteados e os símbolos dos militares e do judiciário, Latuff oferece uma crítica incisiva sobre o papel desses setores na execução dos golpes. No entanto, uma análise mais completa reconhece que o golpe de 2016 foi o resultado de uma confluência de interesses variados e complexos, incluindo a atuação de diversos grupos e instituições que colaboraram direta ou indiretamente para a desestabilização do governo.

Charge 14: Picareta



Fonte: Latuff, 2016.

Na charge 14 a bandeira, o terno e a placa pendurada atrás da picareta mostram as cores da bandeira nacional e a própria bandeira estabelece uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil; os deputados golpistas que defenderam o *impeachment* são representados como picaretas. Do ponto de vista da elaboração dos sentidos, trata-se de um chiste verbo visual construído a partir da associação de sentidos entre o objeto ‘picareta’ – ferramenta manual para cavar terrenos compactados – ao signo ‘pessoa picareta’ para indicar aquela pessoa que tira proveito de uma situação de forma inescrupulosa.

A bandeira nacional, o terno e a placa pendurada atrás da picareta são elementos que estabelecem uma conexão visual e simbólica imediata com o Brasil. A bandeira serve para situar a charge no contexto nacional e reforçar a relevância do discurso visual.

A representação dos deputados golpistas como picaretas é um exemplo de chiste verbo-visual que utiliza a ambiguidade semântica da palavra "picareta". A picareta, uma ferramenta manual usada para cavar terrenos duros, é aqui associada à ideia de "pessoa picareta", um termo

coloquial para descrever alguém que age de forma desonesta ou inescrupulosa para obter vantagens pessoais.

Este recurso visual explora a metáfora implícita ao associar a picareta com a personalidade e as ações dos deputados. O uso da picareta sugere que esses políticos estão "cavando" ou "desenterrando" algo de maneira desleal e prejudicial. A picareta simboliza não apenas a ferramenta que pode ser usada para destruir ou manipular o terreno, mas também a ação destrutiva e manipuladora dos deputados golpistas, que são apresentados como pessoas que agem de maneira desonesta e prejudicial para alcançar seus objetivos.

A placa pendurada na picareta que reforça a associação com a bandeira nacional e o terno dos deputados adiciona uma camada adicional de crítica. Ela reforça a ideia de que os políticos, ao se apresentarem com símbolos de autoridade e legitimidade, estão, na verdade, agindo de forma desonesta e traiçoeira. A escolha do terno e da placa também faz uma referência ao ambiente político formal, sugerindo que o comportamento dos deputados é particularmente reprovável no contexto de sua posição e status.

Charge 15: Em nome de Deus eu volto sim!



Fonte: Latuff, 2016.

Na charge 15, as cores da bandeira nacional em cima das costas dos ratos estabelecem uma conexão imediatamente visual e simbólica com o Brasil. Esta charge retoma na memória as falas dos deputados enunciadas no momento da votação que, ao tentarem justificar o

impeachment, utilizaram-se do discurso cristão. A charge debocha dos deputados (representados como ratos), somando-se à fala de Deus que diz: “Qual é! Me deixem fora disso!”.

Charges como as do cartunista Carlos Latuff são um dos focos de resistência à interpretação hegemônica da mídia que tentou e tenta a todo custo silenciar e censurar o fato de que o que tivemos em 2016 foi um golpe de Estado. Trata-se do que Orlandi (2007) chama de silêncio local ou censura. Noutros termos, a resistência das/nas charges, seja pelos planos não-verbal ou verbo-visual, mostra, de forma estética, o que a mídia burguesa brasileira censura: um golpe para fazer valer uma agenda ultra neoliberal, materializada na plataforma política do partido de Michel Temer “Uma ponte para o Futuro”. Portanto, é dentro dessas condições de produção do discurso que as charges são produzidas.

Para a maior parte da esquerda, em cuja formação discursiva se situa Latuff, o processo de impeachment é um golpe e/ou uma traição, os corruptos são os políticos de direita do Congresso Nacional, que inclusive venderam seus votos para o impeachment, e o processo todo culmina com a morte da democracia ou ao menos da Nova República.

Para diferentes alas da direita e alguns setores da esquerda como o PSTU e algumas figuras do PCB, quem traiu o povo foi Dilma, não cumprindo o que prometeu ou se elegendo como um governo progressista e governando como neoliberal¹⁰. O que fica silenciado nesta versão, sustentada pela formação discursiva pró-*impeachment*, é o fato de que havia sido levantado um clima golpista que se estabeleceu desde a declaração da vitória de Dilma, não aceita pelo adversário derrotado Aécio Neves, e as pautas neoliberais encabeçadas pelo líder da Câmara, deputado Eduardo Cunha, no ano seguinte. Para esses setores sociais, inscritos nessa formação discursiva, o *impeachment* é um processo justo e regular, os corruptos são Dilma e os petistas (que vinham sendo fustigados e caçados como bandidos pela operação jurídico-midiática da Lava Jato) e a derrubada do governo petista é o caminho para um país melhor. Trata-se, portanto, de sentidos em disputas produzidas por formações discursivas díspares.

Acrescente-se, é importante considerar que a interpretação da esquerda não era a dominante, perdendo para a narrativa da grande mídia, que se impunha ao país com base nos ataques da oposição, da operação Lava Jato e outros setores da burguesia que acabaram acentuando a crise econômica para tornar a derrubada de Dilma mais fácil.

¹⁰ Esses diferentes sentidos colocam em funcionamento a política dos sentidos.

Portanto, as charges de Carlos Latuff sobre o tema, posicionando-se com a leitura da esquerda e se filiando a ela, estão num espaço de crítica e resistência à interpretação dominante. Ele estaria disputando os sentidos dentro desse contexto sobre o qual acabamos de discorrer. Ao retomar o evento do *impeachment* e seus detratores nas charges, Latuff satiriza-os a partir de elementos como ratos e aves de rapinas, só para citar dois exemplos¹¹, dos quais ele extrai o *ethos* do acontecimento de 2016 e daqueles nele envolvidos. Portanto o modo de formulação – colocar na cena enunciativa animais como ratos, por exemplo, um *ethos* asqueroso que vive em esgotos – produz uma sátira política do acontecimento impeachment e desqualifica, ao mesmo tempo, todos aqueles que dele participaram.

No que diz respeito à sátira, as charges retomam acontecimentos, mas apresenta-os com um teor crítico. Mais precisamente, ao repetir (retomar), Latuff o faz ridicularizando e atacando o objeto sobre o qual retrata. Isto é, vale-se da memória para construir as charges numa versão satírica e, por vez, irônica.

Em síntese, os trabalhos de Latuff não retratam apenas o cenário político a partir de uma dada interpretação, isto é, um lugar determinado no discurso, mas fundamentalmente revelam uma disputa acirrada pelos sentidos, já que se trata de uma arte que, engajada politicamente e filiada a uma formação discursiva anti-golpe, joga com a interpretação hegemônica produzida pela ordem do discurso midiático burguês. As charges, ao contarem uma outra versão da história do Brasil, estão funcionando como documentos, arquivos da memória sobre o Golpe de 2016. Em outras palavras, as charges são parte da memória sobre e do golpe de 2016.

¹¹ Há outros animais a partir dos quais Latuff extrai os *ethos* para representar aqueles que apoiaram o golpe de 2016 em outras charges que serão analisadas em outra ocasião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As charges são um material produtivo tanto para a análise e compreensão de seu funcionamento discursivo quanto como expressão de posicionamentos políticos antagônicos, conflitos de classes, evidenciando diferentes posições de sujeito no discurso.

Neste trabalho, analisamos quinze charges de autoria de Carlos Latuff a partir das quais ele retrata o golpe de Estado de 2016 perpetrado pela burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano. Pudemos observar que, ao retomar os acontecimentos de 2016, é produzido um deslocamento de sentidos, convocando uma interpretação outra, qual seja: a de que houve um Golpe de Estado, muito mais que um *impeachment*. Com isso, as charges estão funcionando não somente como crítica e denúncia, mas, principalmente, como registro (arquivo) da memória, resistindo à interpretação hegemônica e à política de silenciamento (Orlandi, 2007) instaladas naquilo que nomearam como “*impeachment*”.

Ao analisarmos as charges que formam o corpus analítico, observamos o funcionamento do interdiscurso e o papel da memória no modo de produção de sentidos. A partir da amostra das análises, identificamos, tal como Courtine (1981, p. 47) assevera, "formas indefinidamente repetíveis" que trabalham as charges produzidas a partir da Formação Discursiva a qual Latuff está filiado política e ideologicamente.

Vimos que, no processo de retomada do tema "Golpe", o chargista o faz a partir da mobilização de alguns elementos discursivos importantes para a produção de sentidos, a saber:

- a- metaforização (por exemplo, na charge 6, a faixa metaforiza a Presidência da República; já nas charges 1 e 2, a democracia comparece como uma pessoa morta enterrada);
- b- personificação¹² (materializada a partir do uso de elementos como ratos, aves, ovelha e leoa)
- c- representação satírica do oponente (daqueles envolvidos no Golpe de Estado de 2016, como é o caso dos deputados representados como ratos. Trata-se aí de *ethos* discursivos, como sinalizado nas análises),
- d- jogo com expressões da língua traduzidas para o plano icônico ("puxar o tapete", charge 3; "enfiar a faca pelas costas", charge 4).

¹² Figura de linguagem que consiste em atribuir características humanas a seres não humanos ou inanimados.

e- regularidade da bandeira nacional (por exemplo, nas charges analisadas, são utilizados as cores, o brasão e a bandeira nacional como ressignificação da rede de sentidos em que a democracia e o estado nacional estão sendo estabelecidos por estes símbolos).

Vale dizer que tais elementos não funcionam separadamente, mas imbricados uns aos outros, produzindo sentidos. As charges de Carlos Latuff analisadas oferecem uma crítica contundente e multifacetada ao processo de impeachment de Dilma Rousseff e ao cenário político brasileiro. Latuff utiliza uma série de recursos visuais e metafóricos para expor e questionar as dinâmicas políticas e os atores envolvidos no golpe de 2016.

A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender o funcionamento discursivo das charges, com um foco específico nas produções do cartunista Carlos Latuff. Buscou-se analisar como essas charges operam discursivamente, identificando regularidades e efeitos de sentido, e entender as representações sobre o golpe de Estado de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. Além disso, foi importante discutir a natureza discursiva das relações entre as charges de Latuff e a interpretação hegemônica promovida pela mídia burguesa brasileira.

Em primeiro lugar, a análise revelou que as charges, enquanto forma de expressão visual, funcionam discursivamente como uma poderosa ferramenta de crítica e protesto. Elas utilizam a caricatura, a ironia, o sarcasmo e a metáfora para condensar e expressar críticas sociais e políticas de maneira incisiva. Esse modo de funcionamento permite que sentidos diferentes daqueles propagados pela mídia corporativa burguesa sejam produzidos, deixando resvalar uma posição sujeito no discurso outra.

No que tange às charges de Carlos Latuff, observou-se que elas mobilizam uma série de recursos discursivos e estéticos que incluem a personificação de conceitos abstratos e a utilização de metáforas visuais para destacar e criticar aspectos do golpe de Estado de 2016. Latuff apresenta o golpe através de imagens e símbolos que personificam a democracia e retratam o impeachment como um ato de traição e violência. Essas representações não só criticam os protagonistas do golpe, mas também articulam uma narrativa de injustiça e corrupção.

A análise das charges também demonstrou que Latuff estabelece uma relação crítica com a interpretação hegemônica promovida pela mídia burguesa. Suas produções oferecem uma visão alternativa ao discurso dominante, mobilizando uma memória discursiva que posiciona o golpe como um ato ilegítimo e traiçoeiro. As charges funcionam, portanto, como

um meio de resistência à narrativa oficial, preservando e comunicando uma versão alternativa da história que desafia a legitimidade e a normalização do golpe.

Em suma, o estudo das charges de Carlos Latuff proporciona uma compreensão aprofundada de como a linguagem visual pode ser utilizada para expressar e contestar discursos políticos e sociais. A análise destaca a importância das charges como instrumentos críticos que não apenas documentam eventos históricos, mas também participam ativamente da construção e da contestação das narrativas dominantes. A pesquisa confirma o papel significativo das produções de Latuff na formação de uma memória discursiva, na formação discursiva, nas relações e na articulação de críticas às instituições políticas nacionais e internacionais.

Sendo assim, o trabalho de Carlos Latuff oferece uma crítica mordaz e visualmente impactante do golpe de 2016, utilizando técnicas de humor, caricatura e metáfora para expressar uma visão política oposta à interpretação hegemônica. Suas charges não apenas documentam e criticam o evento, mas também contribuem para a disputa discursiva sobre a memória e a narrativa histórica do Brasil.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir com os estudos da linguagem, em especial com a teoria materialista do discurso. Pretendemos seguir adiante com o tema das charges na relação com o cenário político brasileiro, aprofundando nossa compreensão não somente sobre o funcionamento discursivo desse tipo de texto, como também sobre esse rico campo de estudo da linguagem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **junho de 2013: transporte teve menos reajustes, mas gargalos continuam.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-transporte-teve-menos-reajustes-mas-gargalos-continuum>. Acesso em: 03 mar. 2024.

AGOSTINHO, Aucione. In: MIANI, Rozinaldo Antonio. **A charge não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, coibir e levar à reflexão.** 2012. p. 40

AL JAZEERA. **Brazilian cartoonist faces death threats.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2013/8/9/brazilian-cartoonist-faces-death-threats>. Acesso em: 21 set. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Carlos Henrique Latuff de Souza.** Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/carlos-henrique-latuff-de-souza>. Acesso em: 23 set. 2023.

BIANCHI, Álvaro. **O que é um golpe de Estado.** Disponível em: <blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado/> Acesso em: 29/07/2018.

BENTES, Ivana. **Mídia brasileira construiu narrativa novelizada do impeachment.** 2016 Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileiraconstruiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/> Acesso em: 10 de jul.julho de 2024.

BOITO, Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil.** Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica.** Campinas: Unicamp, 1996.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Presidente da Câmara aceita pedido de impeachment de Dilma.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/477439-presidente-da-camara-aceita-pedido-de-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 21 set. 2023.

CARMELINO, Ana Cristina; POSSENTI, Sírio. Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro. **Revista de Estudos de Discurso**, v. 15, n. 2, p. 27-50, jul./dez. 2019

CAVALVANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nadia Pereira Golçalves. O tríplice: a imagem como operadora de memória discursiva em charges. In: **RUA** [online]. nº. 24. Volume 1 – p. 237-253 – e-ISSN 2179-9911 - junho/2018.

CORACINI, M. J. R. F. (2003). “A escamoteação da heterogeneidade”. In: Maria José Rodrigues Faria Coracini e Ernesto Sérgio Bertoldo (orgs.). **O desejo da teoria e a contingência da prática. Discursos sobre-na sala de aula de língua materna e língua estrangeira.** Campinas, SP: Mercados de Letras, p. 251-268.

COURTINE, Jean. Jacques. **Análise do discurso político.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean. Jacques. **La Toque de Clementis.** Paris: 1982.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FBJD. **A nova campanha da legalidade**: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de Direito. Revista InSURgência, ano 2, v. 2, n.2, Brasília, Brasil, 2016. FOLHA DE SÃO PAULO. Ministério da Educação pede apuração de disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016'. 22 de fevereiro de 2018. disponível em: Acesso em: 10 de julho. de 2024.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 2000.

FIGUEIRA, Filipo Pires. **Memória discursiva e sátira política**: a paródia da (auto)designação “cidadão de bem” pelo The Piauí Herald. Estudos Linguísticos. São Paulo. 1978, v. 48, n. 1, p. 227, abr. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Artigo sobre Carlos Latuff**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0311200605.htm>. Acesso em: 23 set. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GREGOLIN, M. R. Recitação de mitos: a história nas lentes da mídia. In: GREGOLIN, M.R (org.) **Filigranas do discurso**: as vozes da história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

GUIMARÃES, Viviane; MIANI, Rozinaldo Antonio. O humor levado a sério: o uso das charges de Carlos Latuff como ferramenta discursiva e ideológica em manifestações sociais. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR. Curitiba, PR, 04 a 09 de setembro de 2017.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Impeachment Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 21 set. 2023.

JOBIM, Tom. **Corcovado**. Rio de Janeiro: Editora musical Brasileira, 1960.

LAGAZZI, S. 2009. O recorte significativo na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. En F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras, pp. 67-78. São Carlos: Claraluz.

LATUFF, Carlos Henrique. **Latuff Cartoons**. 2016. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2016/05/12/charges-do-impeachment-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LOWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. Carta Maior, 19 maio de 2016.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Trad. M. V. Barbosa e M. E. A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge**: uma prática discursiva e ideológica. Revista 9º arte, v.1, n.1. 2012. Disponível em: Acesso em: 02 mai. 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTA, Ilka de Oliveira. **Humorless approach**: análise discursiva de quadrinhos de humor em livros didáticos de inglês como língua estrangeira. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. **Unidade e Dispersão**: uma questão do sujeito e do discurso. In: Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, E. Texto e Discurso. In **Gestos de Leitura** (E. Orlandi et al.). Ed. Unicamp, 1994

ORLANDI, E. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: **SEMINÁRIO DE ORLANDI, E. P.** Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editora, 1999.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003

ORLANDI, E. **Estudos da Língua(gem)**. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, junho de (2005^a)

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2. Ed, 2005.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35–47, 2005. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638914. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638914>. Acesso em: 5 set. 2024.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 317 p. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M. **Discours: Structure ou Evènement?** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Discurso: estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1997^a.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (1969).** Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3^a edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni Orlandi. Ler, descrever, interpretar. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PODER360. **Impeachment de Dilma foi golpe de sorte, diz Temer.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/impeachment-de-dilma-foi-golpe-de-sorte-diz-temer/>. Acesso em: 21 set. 2023.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação.** Rio de Janeiro: Codecri, 1995.

SILVA, Berenice Gomes da. Foi um golpe contra a democracia! apud SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA, Marcus Vinícius de Abreu; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil.** São Luís: EDUFMA, 2021.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil; as manifestações de junho de 2013. **Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 19, n. 2, p. 393 – 402, jul./dez. 2015.**

SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 21 set. 2023.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THE GUARDIAN. **Cartoonist Carlos Latuff on the Arab Spring.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2011/aug/22/carlos-latuff-cartoon-arab-spring>. Acesso em: 23 set. 2023.

VICTORINO, Adriana. **Minuto Cultura. Cinco anos do impeachment de Dilma Rousseff. UOL.** 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/minuto-cultura/noticias/2021/09/08/35_cinco-anos-do-impeachment-de-dilma-rousseff.html Acesso em: 30 jul 2024.